

Diário do Legislativo de 23/11/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

2.1 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - EXTRATO DE CONVÊNIOS LEI 12.705 DE 23/12/97

9 - ERRATA

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

O Conselho da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, em sua reunião do dia 4 de novembro de 1999 e nos termos da Resolução nº 2.778 de 27 de abril de 1982, decidiu conceder o Mérito Legislativo às seguintes personalidades:

GRANDE MÉRITO

Deputado Estadual Anderson Aauto Pereira - ex-offício

Desembargador Sérgio Lellis Santiago - promoção

Senador Pedro Jorge Simon

Senador José Alencar Gomes da Silva - promoção

Jornalista Edméia Ferreira Passos (post-mortem)

MÉRITO ESPECIAL

Deputado Federal Custódio Antônio de Mattos

Deputado Federal Glycon Terra Pinto Júnior

Deputado Federal João Magno de Moura

Deputado Federal Júlio César Delgado - promoção

Deputado Federal Júlio César Gomes dos Santos

Deputado Estadual Antônio Carlos Doorgal de Andrada

Deputado Estadual Arlen de Paulo Santiago Filho

Deputado Estadual Eduardo Dias Hermeto Filho

Deputado Estadual Edson Rezende Morais

Deputado Estadual Eduardo Daladier Pereira

Deputado Estadual Francisco Rafael Gonçalves

Deputado Estadual Luiz de Menezes - promoção

Deputado Estadual Márcio Luiz da Silva Cunha

Deputado Estadual Márcio Luiz Murta Kangussu - promoção

Deputado Estadual Rogério Correia de Moura Baptista

Economista Fábio de Oliveira Barbosa

Secretário de Estado José Augusto Trópia Reis

Secretário de Estado Manoel da Silva Costa Junior

Secretária de Estado Maria Lúcia de Mendonça - promoção

Secretário de Estado Maurício Guedes de Mello - promoção

Procuradora-Geral Misabel de Abreu Machado Derzi

Cel. PM. José Antoninho de Oliveira

Cel. PM. José Maria Gomes

Cel. PM. Mozar Luiz Soares de Sousa

Doutor César de Mesquita

Engenheiro Aloísio Marcos Vasconcelos Novais - promoção

Engenheiro Marcello Lignani Siqueira

Engenheiro Arthur Lopes Filho

Jornalista Rodrigo Bolivar Mendes Mineiro - promoção

Doutora Marlene Pereira Dutra

Prefeito José Pedro Silva Filho - promoção

Prefeito Sileno Lopes Dias Silva - promoção

MÉRITO

Senhor Adair Ribeiro Vidal

Engenheiro Aelton José de Freitas

Engenheiro Alberto Luis Santoro Pinheiro de Lima

Doutor Alberto Queiroz Barbosa - promoção

Jornalista Almerindo Camilo

Prefeito Altamir Severo da Rocha

Prefeito Ambrosio Pereira Almeida

Relações Públicas Ana Maria Soares

Prefeito Antônio Aparecido Martins

Economista Antônio Bispo Valeriano

Prefeito Antônio Carlos Soares

Doutor Antônio Celso Andrade Domingues

Administrador Antônio Costa Netto

Ten. Cel. PM Antônio de Salles Fiuza Gomes

Engenheiro Antonio Erdes Bortoletti

Prefeito Antônio Fonseca Mota

Vereador Antonio Xavier Filho

Doutor Arthur Luiz Ribeiro Alvares

Jornalista Bertha Maakaroun

Engenheiro Carlos Henrique de Paula Antunes Frauches

Administradora Carmem Lúcia Costa

Juiz de Direito Cássio de Souza Salomé

Doutor Celso Almeida Filho

Promotor de Justiça Claudio Ferreira de Oliveira Filho

Prefeito Djalma Marques Abreu

Jornalista Edgar Antunes Pereira

Doutor Eduardo Esteves Sacramento

Prefeito Eli Chaves

Juiz de Direito Eli Lucas de Mendonça

Engenheiro Estevam Duarte de Assis

Prefeito Evaldo Jener de Fátima

Engenheiro Evandro José de Barcelos

Cap. PM Fabiano Villas Bôas

Empresário Fernando Antônio do Amaral

Engenheiro Fernando José de Paula Antunes Frauches

Jornalista Flávio de Castro Penna - promoção

Publicitário Francisco de Oliveira Filho

Engenheiro Francisco Sérgio Soares Cavaliere

Doutor Francisco Veloso

Pedagoga Genoveva da Conceição Mota Prates

Secretário-Adjunto Geraldo José Gomes

Prefeito Geraldo Magela Alencar Gomes

Empresário Giancarlo André Rossetti

Engenheiro Gilberto Tavares dos Santos

Procurador de Justiça Gilvan Alves Franco

Prefeito Haroldo Lima Bandeira

Prefeito Hélio Ferraz Pereira

Engenheiro Hélio Kimelblat

Engenheiro Ivan Müller Botelho

Prefeita Ivani das Neves Lopes

Economista João Diniz Pinto Junior

Juiz de Direito João Sidney Alves Affonso

Doutor José Américo Barcellos

Senhor José da Conceição Ferreira

Prefeito José de Souza Gomes

Prefeito José Fábio de Alvarenga

Ten. Cel. PM José Gonzaga Vaz de Lima

Prefeito José Humberto Ribeiro da Cruz

Administrador José Leal de Mello Filho

Prefeito José Longuinhos de Figueiredo

Prefeito José Maria Franco

Engenheiro José Pedro Rodrigues de Oliveira

Prefeito José Raimundo Fernandes

Doutor Juan Francisco Avellan Paniágua

Prefeito Juarez Antônio da Costa

Doutor Leonardo Claudino Graça Boechat

Doutor Lincoln Alves Miranda - Promoção

Prefeito Lúcio Nogueira Alves

Senhora Lucy Maria Brandão

Doutor Luís Antônio Prazeres Lopes

Empresário Luiz de Paula Ferreira

Economista Marco Antônio Clementino

Engenheiro Marco Antônio Lima - promoção

Doutor Marco Aurélio Moreira Reis

Prefeito Maurício Rabelo

Doutor Mauro Gamboge Reis

Jornalista Orion Teixeira - promoção

Doutor Otto Teixeira Filho

Empresário Paulo César Mota Santiago

Engenheiro Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

Empresário Ricardo Henrique Cabral Valente

Doutor Rodrigo de Castro Bernardes

Promotor de Justiça Rômulo de Carvalho Ferraz

Doutor Segismundo Gontijo

Sub-Secretário Ubiratan Soares de Sá

Administrador William de Gouvea Norton

Doutor William Heder Massieiro

Palácio da Inconfidência, 22 de novembro de 1999.

Conselho da Ordem do Mérito Legislativo

Anderson Adatao, Presidente - Dilzon Melo, Secretário - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Paulo Pettersen - Carlos Pimenta - Agostinho Patrús.

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial da Mercedes-Benz

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Andrada, Benê Guedes, Luiz Fernando Faria e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Benê Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Tarcísio Delgado, Prefeito Municipal de Juiz de Fora, e Luiz Soranço, Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta reunião, para suas considerações iniciais. Após, a Presidência passa a palavra aos Srs. Tarcísio Delgado e Luiz Soranço. Ouvidos os convidados, passa-se à fase dos debates, e fazem uso da palavra os Deputados Benê Guedes, Luiz Antônio Faria e Rogério Correia, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Rogério Correia solicita ao Sr. Tarcísio Delgado que encaminhe à Comissão dados técnicos sobre os investimentos e a perspectiva de gastos do Município de Juiz de Fora com a instalação da Mercedes-Benz. A seguir, a Presidência agradece a presença dos convidados e suspende a reunião para as despedidas. Reabertos os trabalhos, passa-se à fase de votação de proposições da Comissão; o Deputado Antônio Carlos Andrada passa a Presidência ao Deputado Benê Guedes e apresenta requerimento em que solicita sejam convidados a participar de reunião da Comissão um representante do SENAI, um representante da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI - e a Sra. Marilena Chaves, Consultora do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Antônio Carlos Andrada retoma a direção dos trabalhos, agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente - Rogério Correia - Luiz Fernando Faria - Benê Guedes - Wanderley Ávila.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas do dia três de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Bilac Pinto e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Eduardo Brandão e João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispõem a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a votação, são aprovados em turno único os Requerimentos nºs 809, 810, 818, 823 e 824/99. Prosseguindo, são apresentados oito requerimentos, a saber: do Deputado Luiz Menezes, em que solicita seja convocado o Diretor-Geral do DER-MG para prestar esclarecimentos perante a Comissão sobre a Portaria nº 1.492, de setembro de 1999, baixada por esse órgão; e sete requerimentos do Deputado Chico Rafael, que solicita seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltada a estrada que liga a cidade de Bom Repouso à BR-381, numa extensão de 18km aproximadamente; seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Consolação a Cambuí, numa extensão aproximada de 18km; seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltada a estrada que liga a cidade de Toledo até a BR-381, numa extensão aproximada de 18km; seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltada a estrada que liga a cidade de Munhoz e Bueno Brandão, numa extensão de 28km aproximadamente; seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltada a estrada que liga a Rodovia MG-295 à cidade de Gonçalves em uma extensão de 13km; seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltada a estrada que liga o Município de Paraisópolis a Consolação, numa extensão aproximada de 18km; seja enviado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG solicitando providências para que seja asfaltado o acesso que liga a cidade de Senador Amaral à BR-381. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. O Presidente, Deputado Álvaro Antônio, informa que a reunião se destina a debater a extinção dos ônibus urbanos da linha 1181, que ligam Belo Horizonte ao Município de Rio Manso, para a implantação de ônibus intermunicipais. A Presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: Srs. Luiz Leonardo Lucena, Prefeito Municipal de Rio Manso; Marcos Márcio Rocha Ferreira, Assessor Técnico da Diretoria de Transportes, representando o Diretor de Transporte do DER-MG; Ailton de Oliveira, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves. A seguir, o Presidente solicita ao Deputado João Leite que leia o requerimento do Deputado João Paulo, o qual motivou o convite. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra aos convidados pela ordem acima mencionada, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates os Deputados Eduardo Brandão, João Leite e Álvaro Antônio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente - Dinis Pinheiro - Bilac Pinto.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Cabo Morais, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Edson Rezende, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência passa à leitura de ofícios dos Srs. Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta e Sinval de Oliveira Bamberira, ex-Deputados, em que solicitam se incluam nos anais da Casa os documentos que encaminham; Nilmário Miranda, Deputado Federal, informando que recebeu a denúncia de dois turistas de Betim sobre humilhações por que passaram em Nova Iorque e que solicitou providências ao Diretor-Geral de Assuntos Consulares do Ministério de Relações Exteriores; Ivair Augusto Alves dos Santos, Diretor do Departamento dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, encaminhando cópia de decreto do Governador do Estado de Pernambuco que institui o Programa Estadual de Direitos Humanos; Geraldo Ferreira Monção, Diretor do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH-MG, solicitando informações sobre a denúncia feita por Adriana Aparecida Mendes; José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, informando sobre as providências tomadas a respeito dos Ofícios n°s 549 a 551/99, desta Casa; José Geraldo Moreira, formado na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, pedindo providências para a nomeação dos formandos de dezembro de 1998; Luiz Renato Kaweski, denunciando e pedindo providências a respeito de assédio sexual, maus tratos e mortes ocorridas no Hospital Raul Soares; Agnaldo Timóteo dos Santos, denunciando que sofreu difamação, calúnia e agressão por parte do Deputado Antônio Genaro e pedindo sejam tomadas providências a respeito; dos detentos da cadeia pública de Caxambu, denunciando tratamentos desiguais dispensados a condenados pela justiça que cumprem pena naquela cidade; Nilmário Miranda, Deputado Federal, convidando a Presidência da Comissão para reuniões com trabalhadores rurais em Santa Vitória, Capinópolis e Uberlândia, a fim de verificar fatos violentos ocorridos na região; Romilda Maria Pereira, de Guanhães, pedindo providências com relação aos assassinatos de seu marido e um irmão dele, ocorrido em 18/9/99; de ficha de atendimento da Ouvidoria de Polícia, registrando os fatos narrados por Ivanilde Rodrigues sobre a morte de seu irmão, baleado por policial militar; de ofícios dos Srs. Amarildo Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, convidando a Comissão a visitar a Delegacia Municipal dessa cidade, para verificar o estado precário da cadeia municipal; Patricia Benneth, expressando sua preocupação quanto à situação de algumas prisões no Brasil; Edison Feital Leite, Juiz de Direito da Vara Criminal e de Menores da Comarca de Manhuaçu, encaminhando cópia do interrogatório de José Célio da Silva Gomes, para as providências cabíveis. Em seguida, o Deputado João Leite comunica que a Deputada Maria Tereza Lara foi designada relatora dos Projetos de Lei n°s 105/99, do Deputado João Batista de Oliveira, e 545/99, da Comissão, e informa que a reunião se destina a ouvir pesquisadores da Fundação João Pinheiro sobre o tema "segurança pública" e apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei n° 267/99 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas n°s 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos. (relatora: Deputada Maria Tereza Lara). Neste momento, o Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Glycon Terra Pinto, em virtude da apreciação de matéria de sua autoria. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 856, 857, 864, 865 e 866/99. Em seguida, o Deputado João Leite reassume a Presidência, quando tem início a fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja pedida ao Secretário da Justiça a transferência dos detentos condenados da cadeia pública de Betim para uma penitenciária; do Deputado Edson Rezende, solicitando a realização de audiência pública, com os convidados que menciona, para debater questões relacionadas à Defensoria Pública do Estado; do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando seja pedida ao Diretor-Geral do Hospital Psiquiátrico André Luiz relação dos policiais civis e militares internados nessa instituição nos últimos dois anos. O Deputado João Leite convida a compor a Mesa os Srs. Luiz Flávio Saporí e Paulo César de Campos Morais, pesquisadores da Fundação João Pinheiro. Registra-se a presença dos Srs. Cícero Milton Martins Oliveira, Assessor Civil da Ouvidoria; Milton Ribeiro de Carvalho, Superintendente-Geral da Polícia Civil, e das Sras. Odilma e Sara, representantes da Pastoral Carcerária de Betim, e Edimires de Souza Batista. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que originou a reunião, para suas considerações iniciais sobre o assunto em pauta. Em seguida, a palavra é concedida aos parlamentares e aos pesquisadores da Fundação João Pinheiro, conforme consta nas notas taquigráficas. Em suas considerações finais, o Deputado João Leite informa que levará ao Presidente da Casa sugestão para que sejam realizados mais debates públicos sobre o tema "segurança pública". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1999.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Rafael, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência do recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Gilberto Caixeta da Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, encaminhando cópia da moção de apoio ao Governador do Estado pela defesa de nossos recursos naturais e por sua oposição à política econômica adotada pelo Governo Federal; ofício do Vereador Brazilino Martins Silva, da Câmara Municipal de Rio Pomba (publicado no "Diário do Legislativo" de 5/11/99). O Presidente informa o recebimento de proposições, para as quais foram designados os seguintes relatores: Deputado Sebastião Navarro Vieira, Projeto de Lei n° 40/99 (parecer sobre a Emenda n° 2 e o Substitutivo n° 1, apresentados em Plenário, no 1º turno); Projetos de Lei n°s 126 e 181/99, no 2º turno; Deputado Doutor Viana, Projeto de Lei n° 75/99, no 2º turno, os Projetos de Lei n°s 88/99 (parecer sobre a Emenda n° 4 e o Substitutivo n° 2, apresentados em Plenário) e 172/99 (parecer sobre a Emenda n° 1 e os Substitutos n°s 1 e 2, apresentados em Plenário), estes no 1º turno; Deputado Arlen Santiago, Projetos de Lei n°s 89/99 (parecer sobre as Emendas n°s 1 a 4 e o Substitutivo n° 3, apresentados em Plenário, no 1º turno) e 597/99, no 1º turno; Deputado Sargento Rodrigues, Projetos de Lei n°s 152/99 (parecer sobre as Emendas n°s 1 e 2 apresentadas em Plenário, no 1º turno) e 589/99, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues, relator do Projeto de Lei Complementar n° 16/99, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Arlen Santiago, emite parecer mediante o qual conclui pela rejeição das Emendas n°s 1 a 4 e do Substitutivo n° 3, apresentados no 1º turno, em Plenário, ao Projeto de Lei n° 89/99, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo n° 4, que apresenta. Na fase de discussão, o Deputado Chico Rafael solicita vista da proposição, pedido que é deferido pelo Presidente. A seguir, o Deputado Agostinho Patrús emite parecer mediante o qual conclui pela rejeição do Projeto de Lei n° 580/99, no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Chico Rafael emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei n° 583/99, com as Emendas n°s 1, 2, 3 e 5, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda n° 4 na forma da Subemenda n° 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª fase do ordem do dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. São colocados em votação e aprovados os Requerimentos n°s 842/99, do Deputado João Pinto Ribeiro; 848/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 855/99, do Deputado Arlen Santiago. Na votação do Requerimento n° 850/99, do Deputado Antônio Andrade, também aprovado pela Comissão, se abstém de votar o Deputado Sebastião Navarro Vieira. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira passa a Presidência para o Deputado Doutor Viana e apresenta requerimento solicitando seja convidado o Sr. Jacson Carvalho Leite, Presidente da PRODEMGE, para expor a atuação institucional do referido órgão. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Retorna-se a Presidência ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Arlen Santiago - Agostinho Patrús - Chico Rafael.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Antônio Roberto e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Encontra-se também presente o Deputado Edson Rezende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Cabo Morais, procede à leitura da seguinte correspondência: da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomo - SMEA - núcleo regional de Manhumirim, propondo seja estudada a viabilidade técnica e econômica do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Doce com transferência da ferrovia Vitória-Minas para o vale do Manhuaçu; ofício do Presidente da FEAM, José Cláudio Junqueira, prestando informações relativas a pedido feito por esta Comissão, a partir de requerimento da Deputada Maria José Hauelsen em que solicita a revisão do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Itapebi junto ao IBAMA; ofício do Vereador Gilberto Caixeta da Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, encaminhando cópia da moção de apoio ao Governador do Estado pela defesa de nossos recursos naturais e sua oposição à política econômica privatizante adotada pelo Governo Federal; dos organizadores do I Seminário Mineiro de Agricultura Transgênica, convidando para a realização desse evento, a realizar-se nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro, na FIEMG; ofício do Secretário de Minas e Energia, solicitando a indicação de nome a ser agraciado com a medalha do mérito "Barão de Eschwege", de 1999, conferida àqueles que prestam relevantes serviços na área minero-metalúrgica. O Presidente informa que designou relator do Projeto de Lei n° 569/99 o Deputado Fábio Avelar. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Projeto de Lei n° 346/99 é redistribuído ao Deputado Fábio Avelar, que solicita prazo regimental para sobre ele emitir parecer para o 1º turno, pedido que é deferido pelo Presidente. A seguir, o relator, Deputado Antônio

Roberto, emite parecer, no 1º turno, sobre o Projeto de Lei nº 451/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. São aprovados os Requerimentos nºs 816/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 830/99, da Deputada Maria Olívia; 847/99, do Deputado Antônio Roberto, e 851/99, do Deputado José Braga; e requerimentos da Deputada Maria José Hauelsen, em que solicita seja formulado apelo à Procuradoria-Geral de Justiça e à Procuradoria da República com vistas a que determinem à FEAM e ao IBAMA a revisão do processo de licenciamento ambiental da Usina de Itapebi, tendo em vista depoimentos prestados nesta Comissão, de que teria ocorrido uma alteração do projeto original de construção dessa usina depois da elaboração dos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMAs -; do Deputado Antônio Genaro, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transportes, a fim de se debaterem as denúncias sobre os ruídos excessivos gerados pelos ônibus intermunicipais no momento das freadas; e do Deputado Miguel Martini, em que solicita audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, para se discutir e avaliar a repercussão da realização do Carnabelô no Parque da Gameleira, nos dias 5, 6 e 7 do corrente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Maria José Hauelsen - Antônio Roberto - Fábio Avelar.

ATA DA 28ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia onze de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Irani Barbosa, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das proposições a seguir citadas, para as quais designou relatores: Projetos de Lei nºs 641, 644, 654 e 660/99 (relator: Deputado Paulo Piau); 647, 651 e 656/99 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 643, 648, 652, 653, 655 e 657/99 (relator: Deputado Antônio Júlio); 642, 645 e 659/99 (relator: Deputado Ermano Batista); 649 e 650/99 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); e 646 e 658/99 (relator: Deputado Eduardo Daladier). Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 592 na forma do Substitutivo nº 1 e 623/99 (relator: Deputado Ermano Batista); 606/99 (relator: Deputado Antônio Júlio); 610/99 na forma do Substitutivo nº1 (relator: Deputado Paulo Piau); 627/99 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 612 com Emenda nº 1 e 638/99 (relator: Deputado Irani Barbosa). Os Projetos de Lei nºs 498 e 628/99 e o Projeto de Lei Complementar nº 3/99 foram retirados da pauta, atendendo a requerimentos aprovados pela Comissão. Os Projetos de Lei nºs 585; 611; 615; 620 e o Projeto de Lei Complementar nº 15/99 não foram apreciados, em virtude de pedidos de prazo solicitados pelos relatores. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 480, 602, 625 e 626/99 (relator: Deputado Irani Barbosa); 621/99 (relator: Deputado Ermano Batista); e 655/99 (relator: Deputado Antônio Júlio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau - Agostinho Silveira - Eduardo Daladier - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às dez horas do dia dezessete de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva e João Pinto Ribeiro, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Eduardo Hermeto, Rogério Correia e Edson Rezende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado João Pinto Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 108/99, emite parecer por sua aprovação com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Sebastião Costa, relator do Projeto de Lei nº 239/99, emite parecer por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Antônio Carlos Andrada, relator do Projeto de Lei nº 357/99, emite parecer por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Com a aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, o Presidente retira da pauta o Projeto de Lei nº 453/99. O Deputado João Pinto Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 587/99, emite parecer por sua aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita seja convocada reunião extraordinária em 18/11/99, às 10 horas, para ouvir o Sr. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da UEMG, e apreciar o Projeto de Lei nº 453/99; seja pleiteada a consignação nos anais da Casa de voto de congratulações com a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Barbacena pelo 13º aniversário do Núcleo de Prática Jurídica; e seja pleiteada, com base nas deliberações do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, promovido pela Assembléia, a anulação do convênio de nucleação das escolas estaduais de Barbacena e a reavaliação dos acordos firmados entre a Secretaria da Educação e esse município; e dos Deputados Edson Rezende e Rogério Correia, em que solicitam a realização de audiência pública, com a presença da Comissão de Representação do referido seminário, para discutir e encaminhar as proposições contidas em seu documento final. A seguir, o Presidente submete a votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 310 e 556/99, que são aprovados. Antes do encerramento dos trabalhos, os Deputados Edson Rezende e Rogério Correia introduzem na Sala das Comissões os membros da referida Comissão de Representação, que entregam o documento final do citado seminário ao Presidente, que, em nome dos membros da Comissão, se compromete com as reivindicações nele contidas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - João Pinto Ribeiro - Alberto Bejani.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 23/11/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política de turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 40/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 2, e pela aprovação da Emenda nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 301/99, do Deputado Pastor George, que estabelece condição para o comércio de bebida alcoólica no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, da Mesa da Assembléia, que extingue o Fundo de Previdência Complementar do servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 111/99, do Deputado Álvaro Antônio, que dispõe sobre a implantação de sinalização indicativa e regulamentar nas rodovias vicinais rurais. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. As Comissões de Transportes e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 207/99, do Deputado Mauro Lobo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha imóvel que especifica. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 258/99, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Governador do Estado a conceder a servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de trabalho de 40 horas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 597/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o encaminhamento de relatório semestral de atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades componentes da administração pública direta e indireta dos Poderes do Estado, do Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 57/99, do Deputado João Leite, que institui o Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Peritos e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 455/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São João Nepomuceno para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 743/99, do Deputado Sargento Rodrigues; 802/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 803/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 867/99, dos Deputados Miguel Martini e Eduardo Hermeto; 875/99, da Comissão Especial do Projeto SOMMA.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei n.º 279/99, do Deputado Doutor Viana.

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 224/99, do Deputado Rogério Correia; 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 376/99, do Deputado Sebastião Costa; 497/99, do Governador do Estado; 543/99, do Deputado Cabo Morais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 24/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 389/99, do Deputado Pastor George.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento n.º 898/99, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 24/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei Ordinária n.ºs 532/99, do Deputado Doutor Viana; 451/99, do Deputado Edson Rezende.

No 2º turno: Projeto de Lei Ordinária n.º 201/99, do Deputado Ailton Vilela.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento n.º 897/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 410/99, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 889 a 895/99, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 905/99, dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Eduardo Daladier.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA MERCEDES-BENZ, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Prof. Fabrício Augusto de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 25/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/11/99, com a finalidade de se apreciarem as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12/99, do Deputado Antônio Andrade e outros, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual; 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrade e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição Estadual; 22/99, da Deputada Elbe Brandão e outros, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição Estadual e acrescenta dispositivo a seu art. 242; e 23/99, do Deputado Rogério Correia e outros, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição Estadual; o Projeto de Lei Complementar nº 18/99, da Mesa da Assembléia, que extingue o PRELEGIS e dá outras providências; e os Projetos de Lei nºs 40/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91; 301/99, do Deputado Pastor George, que estabelece condição para o comércio de bebidas alcoólicas no Estado; 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado; 111/99, do Deputado Álvaro Antônio, que dispõe sobre a implantação de sinalização indicativa e regulamentar nas rodovias vicinais rurais; 207/99, do Deputado Mauro Lobo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha o imóvel que especifica; 258/99, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo; 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Governador do Estado a conceder ao servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de 40 horas semanais; 597/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o encaminhamento de relatório semestral de atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades componentes da administração pública direta e indireta dos Poderes do Estado, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Estadual; 57/99, do Deputado João Leite, que institui o Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Peritos e dá outras providências; 455/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São João Nepomuceno para o fim que menciona; 105/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que torna públicos os documentos dos arquivos do DOPS no período de 1964 a 1985; 149/99, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87; 177/99, da Deputada Maria Olívia, que isenta a pessoa idosa do pagamento de taxas para a confecção de segunda via de documentos roubados ou furtados e dá outras providências; e 357/99, do Deputado Chico Rafael, que

determina a obrigatoriedade da inclusão de estudo referente à dependência química em disciplinas constantes no currículo escolar de 1º e 2º graus; e de se discutirem e votarem pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/99, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os familiares de Marcelo Ribeiro dos Santos, assassinado no Aeroporto da Pampulha há um ano.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1999.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.199

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Paulo, Márcio Cunha, Elbe Brandão e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/11/99, às 14 horas, no Plenário, com a finalidade de se discutir o tema: Segurança dos Taxistas: Sinal Vermelho para a Violência.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1999 .

Deputado João Leite, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 346/99

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

O Projeto de Lei nº 346/99, do Deputado Amílcar Martins, visa a autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

Publicada em 21/05/99, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer nos termos regimentais. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 e 2, de sua autoria.

A requerimento apresentado em Plenário, o projeto vem a esta Comissão para ser examinado. Cumpre-nos, agora, emitir parecer quanto ao seu mérito.

Fundamentação

Na sua forma original, o projeto em tela autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, integrado na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado, com o objetivo de ressarcir à coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, bem como a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Nos diversos artigos da proposição, são estabelecidos os quesitos relativos à instituição do fundo, tais como a indicação das fontes constituintes de sua receita, a composição do conselho gestor, suas atribuições e as competências de seu Presidente e, ainda, as regras para a atuação do conselho, bem como a determinação para o apoio administrativo da Procuradoria-Geral da Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao examinar a matéria, propôs algumas alterações, na forma do Substitutivo nº 1, para melhor adequá-la às exigências da Lei Complementar nº 27, de 18/1/93, que estabelece as normas gerais para a criação, a extinção e a gestão de fundos. Com isso, procurou-se corrigir algumas irregularidades apontadas, a saber: não haviam sido definidos o grupo coordenador, o agente financeiro nem suas respectivas atribuições; o órgão gestor deveria ser uma Secretaria de Estado, e não um órgão colegiado; não foram estabelecidos os beneficiários do fundo; e a administração de fundos, em princípio, é atividade típica do Poder Executivo.

Com esses pressupostos, foram introduzidas algumas mudanças, sendo as principais: denominar o fundo como Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos - FEDD -; estabelecer como órgão gestor a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, por intermédio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos - CEDD -; indicar como beneficiários os órgãos e as entidades das administrações públicas direta e indireta, estadual ou municipal, cujo campo de atuação esteja voltado para a proteção, a recuperação, a constituição, a proteção e a defesa dos direitos difusos, bem como os projetos e os programas desenvolvidos pelas entidades não governamentais sem fins lucrativos e de defesa dos direitos difusos; nomear como agente financeiro o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG -; propor a revogação da Lei nº 13.009, de 9/11/98, que dispõe sobre o Fundo

Estadual de Proteção ao Consumidor, transferindo seus recursos para o fundo a ser criado, para evitar a fragmentação dos recursos oriundos de direitos difusos lesados em mais de um fundo.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Administração Pública propõe que o CEDD seja composto por representantes das secretarias de Estado já indicadas, em substituição aos respectivos Secretários, com a exceção do Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, que é seu Presidente.

Independentemente das questões administrativas relativas à gestão do fundo, a sua criação se revestirá, com certeza, de benefícios vários para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, pois visa a propiciar, de forma concreta, a recuperação de bens, com a promoção de diferentes ações para a consecução desse objetivo.

Conclusão

Pelo que se expôs, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 346/99, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Fábio Avelar, relator - Maria José Hauelsen - Antônio Roberto.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 620/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em tela, dos Deputados Alberto Pinto Coelho e João Leite, dispõe sobre a pensão por morte de contribuinte obrigatório da Caixa Beneficente dos Ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito - CBGC.

Publicado em 21/10/99, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais é um serviço social autônomo, segundo disposto na Lei nº 13.165, de 10/1/99.

Anteriormente à atribuição à CBGC da natureza jurídica prevista pela lei mencionada, a entidade tinha natureza previdenciária e pagava pensões às viúvas de seus contribuintes obrigatórios. A responsabilidade pelo pagamento de tais pensões, entretanto, foi transferida para a Secretaria de Estado da Fazenda, por força do disposto no art 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94, posteriormente modificada pela Lei nº 11.621, de 5/10/94.

A proposição em apreço objetiva solucionar o problema relativo ao pagamento de pensão para as viúvas dos ex-guardas-cíveis e fiscais de trânsito, que detinham a condição de contribuintes obrigatórios da Caixa Beneficente dos Ex-Guardas-Cíveis e Fiscais de Trânsito - CBGC.

Estabelece o projeto, como parâmetro para o pagamento da pensão, o valor correspondente a 50% da remuneração do servidor à época do seu falecimento. Institui também os beneficiários e estabelece os critérios para pagamento e o processo de habilitação para reivindicação do benefício.

A garantia previdenciária encontra-se insculpida na Carta da República, estando constitucionalmente assegurado o pagamento de pensão para a viúva ou a companheira do contribuinte obrigatório, conforme se pretende disciplinar mediante a proposta em apreço.

A matéria deve ser objeto de apreciação por esta Casa Legislativa, uma vez que se insere entre aquelas previstas no art. 61 da Constituição do Estado. Entendemos, pois, não haver vício de ordem jurídica, constitucional ou legal que possa servir de obstáculo para a normal tramitação do projeto. Carece a proposta, entretanto, de algumas pequenas alterações, que objetivam tão-somente suprimir dúvidas quanto à extensão dos benefícios para a companheira do servidor falecido, uma vez que esse direito já foi legalmente reconhecido, para os fins de que cogita o projeto em tela.

Apresentamos, desse modo, as emendas seguintes, que passam a fazer parte deste parecer.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 620/99 com as seguintes Emendas nºs 1 a 4:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - A metade da pensão será devida ao cônjuge supérstite ou à companheira, e a outra metade, dividida igualmente entre os filhos.

§ 1º - A pensão será devida integralmente ao cônjuge sobrevivente ou à companheira, se com ele não concorrer filho do casal ou do servidor falecido."

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º - Reverterá em favor do cônjuge supérstite ou da companheira a cota-parte dos filhos que se casarem, atingirem a maioridade, falecerem ou forem declarados capazes."

EMENDA Nº 3

Dê-se ao inciso III do parágrafo único do art. 8º a seguinte redação:

"Art. 8º -

Parágrafo único

"III - certidão de casamento ou comprovação de união estável;"

EMENDA Nº 4

Acrescente-se o seguinte inciso VII ao parágrafo único do art. 8º:

"VII - declaração da CBGC de que o cônjuge ou companheiro era contribuinte obrigatório da entidade."

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermanno Batista, Presidente - Paulo Piau, relator - Eduardo Daladier - Antônio Júlio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

93ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/11/1999

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, pessoal da imprensa, senhores e senhoras das galerias, não queria usar esta tribuna para relatar os fatos e as cobranças que aqui farei, mas a situação e as circunstâncias exigem de mim que assim o faça.

Nobres colegas Deputados, sou médico há 24 anos e exerço com dignidade e honradez essa minha profissão, pautado na ética e no respeito que ela exige. Sempre procurei, na convivência com os colegas, ter o melhor relacionamento possível, o que venho também buscando fazer na Assembléia Legislativa com todos os senhores. Fui convidado, antes mesmo de tomar posse, juntamente com os demais colegas Deputados do PDT, meu partido, a fazer parte da base de sustentação do Governo Estadual, e assim tem acontecido. O Secretário Henrique Hargreaves, da Casa Civil, sempre com muita determinação e firmeza, garantiu a todos nós o respeito do Governo ao majoritário em suas bases e em suas cidades, reafirmando esse seu propósito por várias vezes. O Governador Itamar Franco sempre foi majoritário em Curvelo e, quando foi Senador pela primeira vez, obteve mais de 90% dos votos do povo da nossa cidade, ganhando agora, novamente, lá, nos dois turnos.

Na Assembléia Legislativa, estou sempre presente e cumprindo com seriedade e determinação o meu trabalho de Deputado Estadual. Fui relator do projeto dos cartórios e derrubamos, dentro da lei, da Constituição Federal, o já famoso "trem-da-alegria". Votei a favor dos policiais, pela sua reintegração. Votei no projeto da anistia fiscal do ICMS. Entre alguns projetos de minha autoria, cito o Projeto de Lei nº 40/99, que autoriza o Governo de Estado a negociar, de uma forma justa, a recomposição de remuneração dos ex-funcionários da extinta MinasCaixa, caso a caso; o Projeto de Lei nº 279/99, que autoriza o Executivo a renegociar as dívidas absorvidas pelo Estado dos ex-Bancos estaduais (MinasCaixa, BEMGE, Crédito Real), para que os produtores rurais mineiros possam quitar suas dívidas, já que estavam impossibilitados de pagar em razão das altas taxas de juros e da correção monetária; o Projeto de Lei nº 532/99, que regulamenta uma atividade importante em várias cidades de Minas Gerais: os rodeios.

E ainda tenho sido relator de vários outros projetos importantes, principalmente na Comissão de Administração Pública, de que sou membro efetivo e Vice-Presidente.

Tenho visitado, acompanhado, participado, apoiado e colaborado com os nossos Secretários e auxiliares diretos do Governador, defendendo-os quando necessário.

Sou um soldado em defesa do Governo, de que sou parceiro; da minha instituição legislativa, de que sou membro; e do meu povo, de que sou legítimo representante.

Sendo assim, não sei por que o Sr. Secretário da Administração, que é também Deputado Estadual, o Prof. Sávio Souza Cruz, sabendo de tudo isso, foi a minha cidade, onde moro desde 1978, exerce a medicina, sou cidadão honorário, casei-me, constituí família, fui Vereador e Prefeito. Agora, sou Deputado Estadual. No entanto, ele me vem atropelando desalegramente. Sou o majoritário indiscutível em Curvelo, onde tive 18.818 votos contra 885 votos do Sr. Secretário, que, desrespeitosamente, foi lá para garantir a permanência do Superintendente de Ensino, que está lá muito mais para servi-lo do que ao Estado.

Reivindico a indicação do cargo, indicando uma profissional competente, bem aceita no meio educacional da cidade e da região, sem partido político, e que está atendendo aos mais nobres interesses da Secretaria da Educação de nosso Estado, sem politicagem para quem quer usar o cargo em benefício de projeção pessoal.

Fiquei indignado quando tomei conhecimento de que o Secretário - que está sendo questionado pelos jornais, que está desagradando a companheiros seus, do PSB, e também a outros Deputados - garante, como se fosse o absoluto, que o referido Superintendente não sai porque o seguraria no cargo. Isso contraria a todos nós, que queremos fazer uma política correta, ética, respeitosa e de boa convivência.

Por isso, Sr. Secretário, faça as indicações onde V. Exa. é majoritário e representa a cidade, mas tenha a humildade e aprenda a respeitar eticamente a vontade do povo da minha cidade. Será que gostaria que eu ou outro colega fizesse indicações nas cidades onde é majoritário?

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Caro Deputado Doutor Viana, quero manifestar minha solidariedade ao pronunciamento de V. Exa., pois o Secretário Sávio Souza Cruz tem uma prática política que desrespeita regras elementares do convívio. No entanto, tem mostrado muita fragilidade no seu posicionamento.

Como V. Exa. deve ter acompanhado pelos noticiários da última semana - sendo denunciado e comprovado -, ele teve a coragem de nomear como funcionárias da Secretaria de Administração duas moças, que, em vez de prestarem serviços naquela Secretaria - e não era nem no escritório político do Secretário, em Belo Horizonte, era pior do que isso -, prestavam serviços na sua empresa privada. No entanto, ele não se intimida. Tentou prejudicar o conjunto de Deputados desta Casa, decidindo tomar as ambulâncias que foram distribuídas por esses Deputados nas mais diversas regiões e municípios mineiros. Tais ambulâncias prestavam serviços à população pobre e miserável do nosso Estado. Mas o Secretário continua com essa sua prática de tentar invadir redutos eleitorais, num gesto de deselegância e desrespeito para com todos nós.

Portanto, quero dizer a V. Exa. que entendo muito bem. Gostaria de, de forma serena, sem provocação, ouvir também o PT, que sempre se pautou pela prática da denúncia de atitudes desse tipo, como as do Secretário Sávio Souza Cruz. E, no entanto, desta vez o PT está calado.

A pergunta que faço, de forma serena e respeitosa a seus Líderes é a seguinte: é porque, ao se denunciar esse fato haveria a possibilidade de Sávio Souza Cruz deixar de ser Secretário, e, com isso, nossa colega Deputada Maria Tereza Lara, pessoa pela qual tenho o maior respeito e aprendi a admirar no convívio desta Casa, perderia seu mandato? Essa é

a razão pela qual o PT está calado e não junta suas vozes com a minha, nessa denúncia de um ato de improbidade administrativa praticada pelo Secretário Sávio Souza Cruz, que nomeou funcionários na Secretaria da Administração, e esses funcionários atendem no seu escritório, não no escritório político, mas na sua empresa, na sua firma?

Porque o PT está calado? Convoco todos os Deputados, de todos os partidos - não vamos conviver com esse tipo de prática, com esse tipo de improbidade administrativa e com essa prática de agressão a todos os Deputados desta Casa.

Cumprimento também V. Exa. por essa denúncia e junto a minha voz à sua voz, e estamos juntos para impedir que esse homem que se acha mais esperto que os outros e que pensa que pode mais do que os outros, continue com sua prática política predatória em Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço o aparte do nobre colega Deputado Amílcar Martins.

Refleta, pois, e procure unir as bases de sustentação do Governo do qual faz parte e unir o seu partido e seus colegas que o indicaram para ser Secretário.

Quero aqui alertar que tomei conhecimento de que ele foi indicado pelos colegas, e a maioria absoluta da sua bancada não convive bem com o atual Secretário.

Vamos pois pensar com altivez, procurar somar e buscar, juntos, ajudar nosso Governador Itamar Franco a construir uma Minas melhor para todos nós. Esse é o compromisso maior que o povo mineiro espera e quer de cada um de nós, que estamos aqui pela sua vontade soberana.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos que nos visitam neste Plenário, gostaria apenas de comentar a respeito do Projeto de Lei nº 479/99, relativo à aposentadoria dos educadores: parte com 30 horas e parte com 40 horas. Esse projeto leva à equiparação todos os educadores aposentados com 40 horas semanais. Isso quer dizer que haveria um aumento de, aproximadamente, R\$300,00 a R\$350,00 na aposentadoria daqueles que tanto nos ensinaram. Tenho a certeza de que todos aqui tiveram seus professores. Não vejo por que esse projeto esteja trazendo tanta especulação nesta Casa, trazendo até mesmo recadinhos do Governo do Estado, para que não seja aprovado. Lamento profundamente que a maioria dos políticos só se lembre da educação na hora da campanha eleitoral. Lamento profundamente que um Governador que foi eleito pelo funcionário público estadual, incluindo os educadores, mande agora um recado para que esse projeto seja reprovado pelos Deputados desta Casa ou pelos Deputados que fazem parte da Situação. Desculpem-me, estou nesta Casa há dez meses e não vou aceitar, não vou engolir essa ditadura que estão colocando aqui.

O projeto estava para ser votado na quinta-feira, quando veio um recado do Sr. Governador, por intermédio de um Deputado desta Casa: "Tire de votação. Esse projeto é para ser rejeitado, porque o Sr. Governador não quer que seja aprovado". Somos Deputados ou somos paspalhos do Governo do Estado? Será que vamos ter de engolir mais esta, nesta Casa? Será que vamos ter de, mais uma vez, aceitar a interferência da ditadura nesta Casa? Sou da cidade do Sr. Governador, fui Prefeito da cidade em que ele também foi, e muito me admira que esteja usando desse ato para tentar obstruir uma matéria tão importante, que não representa absolutamente nada para os cofres do Estado. É muito fácil, Sr. Governador, dizer para não se aprovar um projeto que vai fazer com que o educador, após aposentado, tenha o salário perto do digno, porque nem a R\$1.000,00 chega.

Enquanto o Sr. Governador faz obstrução, através de alguns Deputados que estão se servindo de recadinhos seus nesta Casa, para ele não faz falta: comprou um triplex em Juiz de Fora por R\$650.000,00. Estou falando verdade, não estou usando da minha imunidade parlamentar. É muito simples para um Governador impedir que um educador possa ganhar miseros R\$1.000,00 de aposentadoria, enquanto desembolsa R\$650.000,00 à vista, num triplex em Juiz de Fora. Não vou engolir, Sr. Governador. É preciso apenas que V. Exa. administre Minas e não fique viajando pelo Brasil para fazer uma campanha precoce para Presidente da República. Não tenho nenhum "rabo preso" com o senhor - desculpe a expressão -, não lhe devo absolutamente nada. A única cobrança que lhe faço é que passe a administrar o Estado de Minas Gerais - Estado de tamanha importância para o Brasil - e não fique usando Deputados para dar recadinhos: "Tire o projeto, porque, se não, vai ser derrotado".

Vou colocar esse projeto em pauta na terça-feira e terei a coragem de divulgar os nomes daqueles que estão traindo os educadores deste Estado por intermédio da imprensa, para que conheçam quem é quem nesta Casa. Lamento profundamente que ainda haja Deputado trocando apoio por mata-burro. Fui eleito para defender a população de Minas Gerais, não para fazer troca de ambulância por voto, de mata-burro por voto ou de ponte por voto. Graças a Deus, continuarei nesta Casa, de cabeça erguida, até o final do mandato.

Portanto, Deputados, gostaria muito de contar com o apoio de V. Exas., para que nos ajudem a mostrar a Minas que esta Casa tem Deputados de respeito e não apenas Deputados que ficam indo à Praça da Liberdade para buscar vintém e dá-lo a associação de bairro, a Prefeito, a fim de garantir sua eleição. Eleição garante-se com trabalho, de cabeça erguida e com determinação, não com mata-burro, com ambulância. Dar mata-burro ou ambulância é papel do Governo, e não de Deputado.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Agradeço a V. Exa. e quero manifestar meu integral apoio e solidariedade a V. Exa. É uma vergonha o que vem acontecendo, essa interferência indevida, esse desrespeito à autonomia e à soberania deste Poder, que começou no momento da eleição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Não podemos aceitar nem conviver com isso.

Devo dizer a V. Exa. que nem mesmo meus requerimentos, simples requerimentos solicitando informações do Governo, são deferidos pela Mesa. Quero dar um exemplo patético. Fiz requerimentos de transcrição de certos artigos de alguns dos principais analistas políticos e econômicos deste País nos anais da Assembléia Legislativa, e esses requerimentos foram indeferidos por parecer do Deputado Durval Ângelo. Não é possível que continuemos a conviver com isso. Não vamos aceitar isso, e faço uma conclamação a todos os Deputados para que tenham a cabeça erguida, para que tenham altivez.

Não vamos aceitar que esta Assembléia Legislativa seja transformada no presépio do Pipiripau, cheio de cordeirinhos só dizendo amém para o Governador. Este é um Poder independente. Fomos eleitos pelo povo e temos autonomia e direito de representar os interesses de Minas Gerais. O que exigimos do Governador Itamar Franco não é sua boa vontade, não é sua simpatia por cada um de nós, exigimos apenas respeito: que ele respeite esta Casa, o Poder Legislativo, tenha dignidade, decência, pare de interferir na vida do Poder Legislativo. Esse homem tanto mal tem feito a Minas Gerais pela sua ausência, pelo excesso de viagens, fazendo esse "road show", esse circo de cavalinhos pelo mundo afora, sai pelos Estados para falar mal do Governo Federal, de todos e de tudo. Não vamos conviver com isso. Solidarizo-me com V. Exa. no apelo que faz a todos os Deputados. Não vamos aceitar essa interferência indevida e inaceitável do Governador Itamar Franco.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado Amílcar Martins. Antes de terminar, gostaria de dizer também que a Oposição desta Casa é inteligente. Não somos uma Oposição burra, não fomos colocados aqui para obstruir matérias importantes do Governo. Já votamos a anistia da PM, projeto mandado pelo próprio Governo. Votamos a anistia fiscal mandada pelo próprio Governo. Queremos que Minas comece a andar. Daí chegar uma ordem para se votar contra o Projeto de Lei nº 479/99, que vai pagar no máximo os miseros R\$1.000,00 para o educador aposentado. É uma vergonha, é lamentável! Dr. Itamar Franco, com todo o respeito que tenho por V. Exa., há momentos em que me envergonho de dizer que V. Exa. é de Juiz de Fora e que, de lá, também sou.

Em Juiz de Fora, as pessoas, pelo o que entendi algumas horas antes, são racionais, equilibradas e, sobretudo, humanas. Continuo assim, e espero que V. Exa. não me decepcione.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Braga, ilustres Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Patos de Minas, que nos honram com sua presença, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras da imprensa, senhoras e senhores, na última sexta-feira estivemos na cidade de Janaúba, representando esta Casa e, principalmente, os Deputados do Norte de Minas.

Na ocasião, tivemos a felicidade de presenciar dois eventos que considero extremamente importantes. Penso que devem ser divulgados, porque necessitam de um incremento, de um apoio maior, principalmente por parte do Governo do Estado de Minas Gerais.

O primeiro evento foi realizado pelo Banco do Nordeste, com o lançamento do Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas. É um programa do Governo Federal e está sendo lançado em Minas Gerais, mas, na verdade, está presente em quase todos os Estados do Nordeste brasileiro.

O Banco do Nordeste, por meio de financiamento, está lançando, na região da Serra Geral de Minas - região composta de 16 cidades -, esse projeto como forma de incrementar e divulgar, de consolidar de vez o projeto de fruticultura irrigada no Norte de Minas Gerais. É um projeto ambicioso, que vai alçar essas cidades a um nível internacional em termos de produção de frutas e, principalmente, de exportação.

O projeto tem início no ano 2000 e vai até 2003. Espera-se e propõe-se uma ampliação da área de irrigação na região, de 25.000 ha, para 60.000 ha.

Nestes quatro anos, ele prevê um investimento de recursos na Serra Geral de Minas, no Norte do Estado, no valor de US\$240.000.000,00 e prepara toda a região para ter um fluxo grande de produção de frutas e, principalmente, de exportação.

O projeto inicia-se com a ampliação do aeroporto de Montes Claros, obra de R\$30.000.000,00. Irá ampliar a pista de decolagem, o terminal de passageiros e a construção do terminal de cargas. Prevê também a ampliação da pista de decolagem, o balizamento noturno do aeroporto de Janaúba, no valor de R\$20.000.000,00; a construção do aeroporto de Manga, obra orçada em R\$20.000.000,00; a construção do aeroporto do Projeto Jaíba, em Mociminho, no valor de R\$20.000.000,00. Prevê o término do asfaltamento da BR-135, obra já iniciada, e que ainda vai consumir recursos no valor de R\$22.000.000,00; a construção da ponte sobre o rio São Francisco, interligando Manga e Matias Cardoso, no valor de R\$5.000.000,00; a perfuração de poços tubulares profundos nas cidades distantes do rio São Francisco, também no valor de R\$5.000.000,00; a construção de algumas barragens fundamentais para a região. A Barragem de Sítio Novo, no Município de Porteirinha, no valor de R\$4.000.000,00; a Barragem de Garipau, no Município de Mato Verde, no valor de R\$2.764.000,00; a Barragem de Serra Branca, em Porteirinha, no valor de R\$3.000.000,00; a Barragem de Galheiros, no Município de Espinosa, no valor de R\$2.500.000,00; a Barragem do rio Jacu das Piranhas no Município de Gameleiras, no valor de R\$3.000.000,00; a Barragem de São Domingos, no Município de Espinosa, no valor de R\$2.800.000,00; a Barragem do rio Carindó, um dos principais rios do Município de Manga, no valor de R\$4.000.000,00; barragens no rio Verde Grande, rio da integração do Norte de Minas, que hoje agoniza, no valor de R\$4.500.000,00; a adaptação do Hospital Regional de Janaúba, no valor de R\$3.000.000,00; enfim, serviços de abastecimento de água, a implantação da rede de esgoto sanitário e o reforço do sistema elétrico de todas as cidades que compõem a região da Serra Geral de Minas.

Trata-se de um projeto importantíssimo e dos principais do Norte de Minas. O que nos chamou atenção nesse lançamento do pólo de desenvolvimento do Norte de Minas foi o grande número de produtores rurais, de lideranças, Prefeitos e Vereadores. Estávamos representando a Assembléia Legislativa. Mas o que mais nos chamou atenção foi a ausência de um representante do Estado nessa reunião. Estamos falando de R\$220.000.000,00, da transformação total e absoluta de toda aquela região. Mais uma vez sentimos a ausência do Sr. Governador ou de seu representante nesse encontro. É fundamental a presença do Estado.

Todos os Estados nordestinos têm o seu pólo de desenvolvimento. A figura que não falta nessas reuniões é a do Governador dos Estados nordestinos. Faça um apelo, porque estamos falando de um Estado que está com uma economia extremamente fragilizada e de um país em que não há recursos para investimentos e para nada. Estamos assistindo a uma verdadeira briga de bancadas de Deputados do Nordeste lutando contra as bancadas de Deputados de Minas, São Paulo e do Rio de Janeiro. Essas bancadas nordestinas sempre saem à frente. É incrível como conseguem vitórias homéricas e asseguram recursos importantes no orçamento geral da União.

Estamos falando num momento crítico do nosso Estado e do nosso País. É necessário que o Estado dê a importância que esses projetos precisam e têm. É importante que o Estado entenda que é necessário haver integração das regiões. Enquanto não diminuirmos a distância que há de outras regiões para o Norte e o Nordeste do Estado de Minas Gerais, não vamos ter uma sociedade justa. Não estaremos promovendo a equidade. Mas só se garantem recursos com a presença dos parlamentares e do Governo.

O Governador Itamar Franco já demonstrou que tem voz suficiente para se fazer ouvir fora dos limites do nosso Estado.

É importante que coloque na prática, demonstre de vez a importância que dá ao nosso Estado; que saia da retórica, do discurso, e possa, efetivamente, assumir a condução do Estado, fundamentada na justiça e na equidade.

Um outro projeto importante que foi lançado pela FIEMG, denominado Cresce Minas, reforça e dinamiza o crescimento econômico de Minas Gerais. Esse projeto não interessa apenas ao Norte de Minas, mas ao Estado como um todo, porque, na verdade, prioriza cinco ações para poder dinamizar a economia do nosso Estado.

É um projeto de apoio e sustentação à indústria de aves e suínos do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba; sustenta o projeto de indústria de carne bovina, também no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba; dá atenção e sustentação técnica para a consolidação da fruticultura irrigada do Norte de Minas; é um projeto de biotecnologia na RMBH; de equipamentos eletrônicos, também na RMBH, e a metal-mecânica do Vale do Aço.

Vejam os senhores que ele diversifica a atuação, mostrando a cada região a sua potencialidade. Sabem os senhores o que falta para que esse projeto, tão bem elaborado pela FIEMG, com a ajuda de assistência técnica e consultoria internacional, que vai mostrar toda essa potencialidade, que vai ajudar a Secretaria de Planejamento do nosso Estado a priorizar o que Minas tem de melhor, possa sair do papel? A esse projeto falta apenas que seja apresentado ao Sr. Governador do Estado.

Os representantes da FIEMG já estão tentando essa audiência, um encontro com o Governador Itamar Franco há cinco meses. Esse projeto precisa estar contido nos programas de ações do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento. Por isso, neste momento, quero fazer um apelo suprapartidário, um apelo de interesse de nosso Estado - e tenho como testemunha os Vereadores da nossa querida Patos de Minas -, um apelo ao Sr. Líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, para que promova esse encontro dos empresários de Minas Gerais, dos técnicos internacionais que estão ajudando - aliás, que já ajudaram - na elaboração do Projeto Cresce Minas com o Governador Itamar Franco.

Entendemos que as posições políticas são extremamente importantes. Entendemos ainda, mesmo como Deputado Estadual da Oposição nesta Casa, que o Sr. Governador do Estado prestou um serviço extremamente importante à Nação, suscitando o discurso da integração da nossa Federação, da autonomia dos Estados. Mas é importante também que S. Exa. o Governador Itamar Franco entenda que, se as posições políticas são importantes, as posições técnico-administrativas também o são.

Não queremos que o nosso Estado tenha um crescimento da sua economia, do seu produto interno bruto aquém das nossas necessidades e inferior ao dos outros Estados. Há quem diga que Minas está regredindo, mas não queremos acreditar nessa conversa que se ouve nos quatro cantos do Estado.

É necessário, então, que S. Exa. o Sr. Governador do Estado entenda que deve sentar-se à mesa para ouvir os economistas, os produtores, os industriais, que ajudam a consolidar o nosso PIB.

É necessário que dê oportunidade a órgãos da competência da FIEMG, da SIEMG, do SESI, do SENAI, do IEL, do próprio Governo de Minas para examinarem esse projeto, dando-lhe o valor que merece. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres visitantes, permitam-me cumprimentar todos nas pessoas dos Vereadores da nossa querida cidade de Patos de Minas, por intermédio do nosso Presidente, que nos visita. Sejam bem-vindos. Colocamo-nos à disposição do Legislativo Municipal de Patos de Minas para quaisquer informações que possam ser importantes para a cidade. Parabéns a vocês por terem, nesta Casa, um colega atuante, um Deputado que tem trabalhado não só pela cidade de Patos, mas por toda a região, o nosso companheiro Hely Tarquínio, em nome de quem quero saudar todos os Deputados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi, há pouco, o pronunciamento do ilustre Deputado Carlos Pimenta, sobre o Plano Plurianual de Investimentos e do PMDI, que são instrumentos importantes de orçamento público, de política pública e que, sem dúvida, devem merecer, por parte de todos os Deputados, uma avaliação criteriosa para que possam nortear o crescimento e o investimento público no Estado de Minas Gerais. Felizmente, a nova Constituição, promoveu inúmeros avanços, sendo que um deles foi a participação popular no orçamento. Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para uma questão histórica, que tem acontecido em relação ao orçamento público e, especialmente, em relação ao orçamento participativo. Eu dizia que a nova Constituição consagrou a oportunidade de as comunidades, de o cidadão comum participarem da elaboração do orçamento.

Não foi diferente com o Estado de Minas Gerais, e não é diferente, hoje, nos municípios mineiros e brasileiros. Darei o exemplo de Belo Horizonte. Na Lei Orgânica de 1988, da elaboração da qual tive a oportunidade de participar, inserimos a garantia da participação popular no orçamento, através do art. 24. Naquela oportunidade, era Prefeito de Belo Horizonte o Dr. Pimenta da Veiga, e Vice-Prefeito, o Dr. Eduardo Azeredo. O PSDB comandava a Capital mineira e fizeram o que chamaram de PROPARG, que era uma espécie de audiência pública à semelhança do que fez a Assembléia na legislatura passada.

Portanto, havia, sim, alguma participação popular por parte dos Vereadores de então no chamado PROPARG da administração tucana, naquela oportunidade. Mas, quando da eleição de Patrus Ananias para Prefeito de Belo Horizonte, coube institucionalizar, de forma mais transparente, a questão do orçamento participativo e denominar essa participação popular no orçamento de orçamento participativo. É evidente que o PT, por ter diligenciado, no sentido de tornar essa participação popular mais abrangente, mais transparente, logrou mais êxito em relação às benesses desse instrumento popular.

Estou relatando essas questões para chamar a atenção dos Deputados para o fato de que o PT, assim como o meu PMDB, como o PSDB de alguns, como o PDT de outros e como o PTB de tantos outros, são partidos que, sem dúvida alguma, lutaram pela democratização e, portanto, todos têm o crédito de avanços democráticos, entre eles a participação popular no orçamento público. Portanto, acho que está na hora de nos livrarmos desse mito e de alguns Deputados deixarem de achar que a questão do orçamento participativo é uma bandeira única do PT. Historicamente, isso não é verdade. É preciso que nos conscientizemos disso.

Tive a oportunidade de participar das diversas audiências públicas comandadas pelo Secretário Adjunto de Planejamento, Dr. Milton Tavares, nas mais diversas regiões de nosso Estado. Pude perceber o interesse e o grau de participação dos Prefeitos e dos Vereadores das mais diversas comunidades, interessados em participar desse processo, que é extremamente democrático, transparente, e é executável darmos esse instrumento ao Estado.

Quero chamar a atenção, também, para o fato de que, do ponto de vista de orçamento participativo, essa, sem dúvida alguma, é nossa primeira experiência. É importante dizer que a Assembléia, de outra forma, juntamente com o Executivo, também vinha propiciando às comunidades a oportunidade de participar, por intermédio das audiências públicas, que, na verdade, foram aquelas que se seguiram ao orçamento participativo. Portanto, nessas audiências públicas, também aquelas obras vieram unidas da participação popular das mais diversas comunidades do interior de Minas Gerais.

Na última sexta-feira, tivemos a última etapa dessas audiências públicas, que antecede a grande reunião para que possamos hierarquizar essas proposições, essas obras. Foi a etapa de Belo Horizonte que, sem dúvida alguma, julgou uma série de obras na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É importante notar que o orçamento participativo é feito por região, e não houve orçamento específico de Belo Horizonte, houve a plenária municipal de Belo Horizonte, da qual tivemos oportunidade de participar. Mas, na sexta-feira, participamos da audiência pública da Região Metropolitana de Belo Horizonte e quero dizer que nós, Deputados votados na região, quase todos participamos.

Quero chamar a atenção dos Deputados, em primeiro lugar, para o fato de que é importante que possamos colaborar com o Executivo, para encontrar um melhor caminho para adequar essas obras prioritizadas no orçamento participativo. Diria que a primeira situação que vamos encontrar será fazer um comparativo dessas obras consideradas prioritárias pelas mais diversas comunidades mineiras com o orçamento que está tramitando aqui, na Casa.

O nosso primeiro grande trabalho será fazer uma comparação daquilo que está previsto para o orçamento do ano 2000 com o que as comunidades encontrarão como prioridade. Já temos informações de que em muitas obras haverá essa coincidência. Muitos perguntaram, então: "Para que haver o Orçamento Participativo?". Porque essas obras estarão unidas pela participação popular; portanto estarão contando com um compromisso muito maior do Executivo na sua execução. Esse seria o primeiro trabalho, ou seja, identificaríamos, de acordo com essa proposta, o que for escolhido como prioridade pelas mais diversas comunidades de Minas Gerais.

Em segundo lugar, é pertinente e absolutamente possível que a Secretaria do Planejamento, mediante propostas hierarquizadas, conversasse com os diversos órgãos das administrações públicas direta e indireta, para acatar essas propostas. Imaginemos que determinada comunidade de uma região priorizasse a construção de uma escola. Certamente, na rubrica destinada à educação, a Secretaria da Educação já previu a construção de escolas. Então, seria o caso de conversar com o Secretário da Educação. Coincidindo aquela proposta com o acatamento dessas importantes prioridades das comunidades, será um grande passo. Esses são os dois grandes momentos.

O terceiro momento seria o plano plurianual de investimentos, que prevê, sem dúvida alguma, um orçamento bianual. Através do plano plurianual, seria possível, nós, Deputados, juntamente com o Executivo, contemplarmos as obras do Orçamento Participativo.

Gostaria de trazer esses esclarecimentos, porque tenho observado uma preocupação muito grande, por parte dos Deputados, com toda a razão, relativamente a esse orçamento participativo. De que forma essas obras hierarquizadas e encontradas pelas diversas comunidades estariam inseridas no orçamento do ano que vem, já que o orçamento que está tramitando nesta Casa, conforme expressou-se o nosso Governador e o nosso Secretário do Planejamento, é real, ou seja, foi imaginado de uma forma clara e objetiva? Quais seriam os recursos que perfariam a receita para o ano que vem? Portanto, de onde seriam tirados esses recursos para contemplar o orçamento participativo? Acreditamos que seja por meio dessas possibilidades e vertentes que poderíamos consagrar essas diversas obras prioritizadas pelas comunidades nos diversos municípios mineiros. O que é importante nisso tudo? Cada vez mais, estamos avançando e aprimorando. O orçamento participativo, no meu modo de entender, é um aprimoramento e, sem dúvida alguma, uma sistematização mais organizada da participação popular no orçamento, que foi conseguida, a duras penas, pela nova Constituição que rege o País. É bom lembrarmos que essa Constituição cidadã teve como grande timoneiro o nosso saudoso Ulysses Guimarães. Enganam-se aqueles que estão no PT, ou fora dele, ao acharem que o orçamento participativo é bandeira exclusiva do PT. Não é. A participação popular no orçamento foi conseguida com a nova Constituição, com a ajuda de todos os partidos e de todos os que entendem que, através da participação popular, haverá a grande democratização deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na tribuna, neste momento, para saudar os nobres Vereadores por Patos de Minas. A eles, desejamos uma feliz estada. Estamos felizes com a sua presença. Eles percorreram a Casa, ficaram conhecendo o nosso trabalho. E vieram a Belo Horizonte para nos trazer uma reivindicação: fazer constar, no projeto de reestruturação do Judiciário, a criação de três varas cíveis em Patos de Minas.

Como representante daquela cidade, gostaria de pedir o apoio de todos os parlamentares, que representam todo o povo mineiro. Sei que não podem ficar míopes às suas regiões, mas pedimos o empenho decisivo de todos para tornar realidade essa solicitação necessária, que todo o povo de Patos de Minas faz, representado pelo Presidente da Câmara, Clélio Carvalho, pelas Vereadoras Maria Beatriz e Edimê e pelos demais companheiros parlamentares daquela cidade.

Vimos a esta tribuna para reafirmar e dizer que nós, na qualidade de representante da região, já fizemos vários contatos. Estamos trabalhando nesse sentido. Visitamos o ex-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Lúcio Urbano, e levamos a nossa reivindicação. Ele prometeu trabalhar e passar ao Presidente em exercício essa questão. Temos certeza de que os políticos de Patos de Minas, unidos, o ilustre Senador Arlindo Porto, o ilustre Prefeito Elmiro Nascimento, irmão da nossa querida Vereadora Béia, nosso representante na Câmara Federal, Deputado Antônio do Vale, vão se empenhar nisso. Esse é o pleito de toda a classe política de Patos de Minas.

Peço ao Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Ermano Batista, e a todos os membros da Comissão que se empenhem nesse sentido, para que sejam criadas essas varas cíveis, a fim de que a justiça possa realizar seu trabalho, fazer acontecer as boas regras de convivência, de forma pacífica, procurando o bem comum e a justiça para todos.

Deputado José Braga, Presidente em exercício, Presidente da Câmara, Vereadores, gostaríamos de reafirmar a nossa alegria pela sua presença. Estamos aqui para apresentar, junto com a Câmara, essa solicitação feita a todos os Deputados. Quero agradecer a presença de vocês, Vereadores que se preocupam com os problemas de Patos de Minas. Fica a nossa homenagem a todos pelo trabalho que desempenham naquela Casa.

Gostaria de ceder a palavra ao ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão, que também é votado naquela cidade e muito bem a representa.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Em primeiro lugar, quero dar o meu testemunho da sua luta e do seu empenho em defesa da bela e generosa Patos de Minas.

Quero saudar também os Vereadores e Vereadoras. Sua presença significativa e majoritária é também uma demonstração de empenho para que esse projeto seja votado, a fim de que

Patos de Minas tenha garantida a sua parcela não de bônus, mas de responsabilidade com a justiça.

Quero manifestar aqui o meu empenho pessoal no sentido de que todos os meus companheiros e companheiras do PT votem esse projeto de tal forma a conferir ao Estado de Minas Gerais uma melhor estrutura para que a justiça possa funcionar adequadamente. Patos de Minas, como os senhores e senhoras demonstraram através desse documento que recebemos, está muito defasada em relação à estrutura da justiça, que já se encontra defasada em nosso Estado. Se o Estado de Minas precisa de uma estrutura judiciária melhor, com um maior número de varas cíveis, Patos precisa ainda de mais, pois há um número muito elevado de cidadãos a serem atendidos por Juiz. Portanto, é preciso que essa organização se faça no sentido de melhorar essa relação, facilitando o atendimento das pessoas e promovendo justiça. Não teremos pleno desenvolvimento e adequada atenção à saúde e à educação sem uma estrutura judiciária melhor.

Quero manifestar aqui, não apenas em meu nome, mas em nome de toda a Bancada do PT, o nosso empenho para que esse projeto seja votado e nossa região do Alto Paranaíba e do Triângulo possam ser atendidas dentro do princípio de justiça, podendo oferecer aos cidadãos e cidadãs melhores condições na área do Judiciário. Parabéns a todos. Continuem lutando por essa cidade, que é tão generosa, hospitaleira e agradável. Sempre fomos recebidos com muito carinho lá e temos com Patos uma relação bastante afetuosa. Por isso, o meu trabalho está sendo realizado com muita alegria. Sucessos para vocês. Seguramente, teremos esse projeto aprovado, atendendo a parcela de reivindicações de Patos, pois elas são absolutamente justas.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a intervenção do Deputado Adelmo Carneiro Leão e concedo a palavra ao patense desta Casa, que, apesar de representante de Uberaba, tem a sua parcela de atuação na cidade de Patos de Minas: o nosso grande amigo, Deputado Paulo Piau, que aqui tem dado seu exemplo como patense.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Hely Tarquínio. Meu aparte é exatamente para dizer de nossa alegria em receber os conterrâneos paturebas, patenses ou patifes, conforme Antônio Secundino São José. Ficamos felizes com sua presença, mas não poderíamos deixar de testemunhar, Deputado Hely Tarquínio, perante a comunidade de Patos de Minas, o trabalho que V. Exa. vem realizando em defesa de seus interesses e de toda a região. Sou nascido em Patos de Minas. Sou patense, patureba ou até patife, conforme Antônio Secundino, pois quem sai de Patos, por qualquer motivo, vira patife. Por outro lado, V. Exa. é de Uberaba e representa Patos de Minas; portanto, fizemos uma inversão. Mas digo, com muito orgulho, que representamos a cidade de Uberaba, e com muita alegria, que Patos de Minas é muito bem representada por V. Exa. Evidentemente, a nossa contribuição é de apoio a tudo que diz respeito à nossa região e, de maneira especial, à nossa terra do milho, Patos de Minas. Portanto, quero dizer que, no que diz respeito a todos os projetos de interesse para o desenvolvimento dessa cidade, estaremos de mãos dadas, para que possamos continuar assistindo ao sucesso e ao desenvolvimento, cada dia maiores, dessa cidade progressista. Muito obrigado pela presença de vocês. Parabéns pela construção de uma cidade tão bela e progressiva como Patos de Minas.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do Deputado Paulo Piau. Gostaria de dizer que fizemos uma transposição, ou seja, cruzamos os nossos destinos: eu para Patos e ele para Uberaba. Ainda com meu resíduo de uberabense, apesar de lá não viver, mas por conhecer suas necessidades, faço coro com ele em todas as suas reivindicações. Gostaria, também, de prestar homenagem ao Deputado Paulo Piau, por tudo que representa e pelo que tem feito na busca de soluções para todos os problemas administrativos e políticos de Uberaba e da região. Parabéns, Paulo Piau. Parabéns ao povo de Uberaba.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Quero cumprimentar não só V. Exa., mas também os Vereadores de Patos de Minas, que aqui estão, em maioria absoluta. Nesta tarde, temos aqui representada a Câmara Municipal de Patos de Minas, num gesto bonito e simpático, revelando a grande responsabilidade que essa Casa tem para com o município, demonstrando que está à altura, que tem competência para responder às aflições da comunidade, aos anseios da população.

Eu, que fui Vereador por Belo Horizonte durante dois mandatos, compreendo bem a atuação dos Vereadores. Essa presença absoluta, maciça - que é comovente para todos nós -, traz uma responsabilidade muito grande aos Deputados que já se pronunciaram, aos demais colegas e a mim, que não poderia faltar com uma pequena mensagem, pois também sou votado naquele município. O voto favorável a esse projeto, que vem do Tribunal de Justiça, significa uma manifestação de retribuição, de responsabilidade para com as causas de Patos de Minas.

Sabemos que o Tribunal de Justiça encaminhou para esta Casa um projeto de lei que propõe a criação de mais três varas naquele município. Certamente, com o aumento dos conflitos na sociedade moderna, essas três varas darão vazão à grande demanda que chega ao Poder Judiciário a cada dia. Eu, que sou advogado - e advoguei durante muitos anos, percorrendo todo o nosso Estado e todo o Brasil -, percebi que o Poder Judiciário tem sido muito demandado, mas não tem dado resposta a tal demanda. São pilhas e pilhas de processos que se acumulam nas secretarias desse Poder. Os Juízes e todos os serventuários da justiça estão escravizados por essa demanda absurda. Tenho a certeza de que mais três varas para o Município de Patos de Minas não serão suficientes, mas arrefecerão bastante o sofrimento e o clamor daquela comunidade por justiça mais efetiva e mais rápida.

Portanto, V. Exa. está de parabéns, assim como os Deputados que o antecederam na tribuna, em reconhecer a validade, a oportunidade desse projeto que nos foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça. Queremos, sobretudo, parabenizar também os Vereadores de Patos de Minas, que, com esse gesto bonito, resgatando a responsabilidade, nos visitam, fazendo "quorum" nesta Assembléia Legislativa, nesta tarde. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do ilustre Deputado João Paulo, demonstrando o seu apoio ao povo de Patos de Minas, por meio dos seus representantes.

O Deputado César de Mesquita (em aparte) - Agradeço ao Deputado Hely Tarquínio esta oportunidade. Quero, juntamente com esse grande parlamentar desta Assembléia Legislativa, dar boas-vindas aos Vereadores da Câmara Municipal de Patos de Minas, o que faço na pessoa do seu Presidente. Gostaria também de dizer que esse pleito não é somente de Patos de Minas, mas também do Alto Paranaíba. Portanto, estaremos firmes, a fim de aprovar esse projeto de grande importância para a nossa região. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras e o apoio do ilustre Deputado César de Mesquita aos interesses do Alto Paranaíba, especialmente de Patos de Minas.

Sr. Presidente, pelo seu espírito de paciência, pela sua tolerância, gostaríamos de homenageá-lo, agradecendo o espaço que V. Exa. cedeu, nesta tarde, aos Vereadores de Patos de Minas e a todo o povo que representam. Muito obrigado.

O Deputado Adelino de Carvalho - Sr. Presidente, Srs. Vereadores de Patos de Minas que nos honram com suas presenças, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores jornalistas, visitantes, telespectadores que nos acompanham através da TV Assembléia, ocupo esta tribuna para usar do pouco tempo regimental de que disponho para expor em alto e bom som o que é óbvio para todos. Todos aqueles que sabem o que acontece na questão da mudança do zoneamento em Belo Horizonte têm officiosamente esse conhecimento.

E hoje quero colocar, como ex-Vereador de Belo Horizonte, uma questão para se discutir: a verticalização da Pampulha é apenas a ponta de um "iceberg"; interesses de construtores falam mais alto; Vereadores financiados por construtoras - vou repetir, Vereadores financiados por construtoras -, apresentam projetos de mudança de zoneamento. Essa prática é antiga naquela Casa.

O que me entristece é que todos temos conhecimento de que determinadas construtoras e determinados Vereadores compram terrenos a um valor pequeno, porque o zoneamento não permite a construção de edifícios; depois esses Vereadores apresentam a proposta de mudança de zoneamento, envolvendo aquela área de especulação que a construtora vai utilizar.

Ora, que interesse há, por parte de alguns Vereadores, de verticalizar a Pampulha e acabar com o cartão postal de Belo Horizonte?

Todos sabemos que, na verdade, dentro da Câmara Municipal - vivi lá dentro e sei -, pelo corporativismo, se o Vereador não participa desse tipo de prática, mas também não denuncia, não fica mal. Caso denuncie o colega, acaba isolado num canto e não vê nenhum projeto seu ser aprovado. Outros Vereadores nem sequer tomam conhecimento, por quê? Porque sabem que aqueles que pactuam com essa prática nefasta e corrupta são determinados Vereadores, e os outros se ficarem sabendo serão contra. Então, com aqueles eles não mexem. Assim, temos determinados colegas que foram Vereadores e não tomaram conhecimento. Outros tomaram conhecimento e foram rechaçados.

E outros - não vou aqui declinar nomes, alguns estão na Câmara Municipal, outros já não estão mais - sempre participaram dessa prática nociva.

É muito fácil saber onde está a corrupção. Onde está? É só ver, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, a prestação de contas do Vereador e ver quem financiou a sua campanha. Foi a construtora tal? Foi. Que projeto apresentou beneficiando a construtora tal? Assim pode-se saber quem são os corruptos e quem são os corruptores. É muito simples chegar-se a quem está, na Câmara Municipal, interessado nessa prática e quem está participando do esquema.

Mas não podemos condenar a Câmara Municipal, porque ali há grandes Vereadores, pessoas honradas e honestas, que estão na defesa ímpar do seu mandato legislativo, honrando a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Encerro, dizendo: até que me provem o contrário, o Prefeito pode vetar a verticalização da Pampulha, mas duvido que a Câmara Municipal, por meio de votação secreta, vá derrubar o veto. Não acredito. Vai acabar aprovando a verticalização da Pampulha. Deus queira que não. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, imprensa, público, telespectadores da TV Assembléia; eu gostaria, rapidamente, de tratar de dois assuntos nesse tempo que me foi concedido. O primeiro é para lamentar. Depois de a Assembléia Legislativa ter instalado, a pedido do Deputado Durval Ângelo, uma CPI que tratou da facilitação de carteiras de habilitação em Minas Gerais, vemos, infelizmente, a omissão total do Governo em relação às ações propostas pela CPI e pelo relatório final do Tribunal de Contas, que realizou uma inspeção no DETRAN de Minas Gerais.

O DETRAN de Minas Gerais é um órgão que renuncia a tributos. Pratica renúncia tributária, e ninguém diz absolutamente nada. E, agora, o que vemos? Um verdadeiro "lobby". Os Delegados de Polícia ocupando as Câmaras Municipais para dizerem que há, na Assembléia Legislativa, a privatização do DETRAN. E ocupam o Estado inteiro com essa mensagem. E quais são as ações do Governo em relação ao que foi demonstrado?

Hoje, recebi a visita do Juiz e do Promotor de uma cidade para denunciar o que está acontecendo próximo a Belo Horizonte, em Juatuba. Um Delegado colocou um centro de formação de condutores com o nome da sua filha. Então, temos, agora, uma banca examinadora que dá carteiras de motorista a 10km de Betim, onde existe uma banca permanente. É um escândalo o que está acontecendo. E o Sr. Edvaldo Cruz, que denunciou o esquema em Pouso Alegre, tem a sua concessão cassada. Enquanto isso, o Centro de Formação de Condutores de Santa Luzia, onde tínhamos 1.000 exames cada vez que a banca examinadora ia lá, depois de denunciada, apenas mudou de lado. Era de um lado da Avenida Brasília, e agora está do outro. E está credenciada pelo DETRAN. É isso que estamos vendo no Estado.

E ainda somos obrigados a ver um documento do Delegado de Pouso Alegre que diz o seguinte: a esperteza, quando é muita, fica grande e engole o dono. Era essa a máxima, a sentença que gostava de repetir o saudoso homem público Tancredo Neves. E vem dizendo: esse Delegado, Sr. Edvaldo Cruz, merece ter cassado o seu centro de formação de condutores. Os fatos ficaram por demais conhecidos, pois uma cópia da fita com a gravação de um diálogo entre o candidato à carteira de habilitação e o dono de um centro de formação de condutores foi entregue à CPI. E diz que foi demonstrado que a fita foi fraudada. Mas quem o demonstrou? Na mesma Delegacia, em Pouso Alegre, temos habilitação, e os examinadores também são peritos. E também fizeram perícia na fita. É a raposa cuidando do galinheiro. A perícia é feita dentro da Delegacia, onde é também concedida a habilitação. E a filha do Delegado, que foi Presidente do inquérito, é secretária do centro de formação de condutores envolvido na questão. E diz ainda o Delegado: a notícia, a denúncia, quando vira espetáculo, quem perde a verdade são as investigações da Justiça.

Infelizmente, as diversas CPIs instaladas neste País só têm dado espetáculos. E muito mais grave: Deputados membros de CPIs saem a campo para antecipar as conclusões de inquéritos de que se encarregam, atacar impiedosamente pessoas e entidades, fulminando-as com a certeza da autoria de delitos, propondo mudanças utópicas, inexistíveis, pondo-se no papel de juizes.

É isso que pensa esse Delegado? E, no final, diz: cancelamento do credenciamento do centro de formação de condutores sobredito e cancelamento do registro e da licença funcional de seus proprietários. Está assinado, Delegado Nelson Gregório dos Santos, e acatado pelo Chefe do DETRAN-MG, Ronaldo Jacques Camargos Cunha, que aplica essa sanção e descredencia o Centro de Formação de Condutores.

Concordo com o relator da CPI, Deputado Ivo José, que já encaminhou ao Presidente da Assembléia Legislativa nossa indignação pelo tratamento que esse Delegado dispensa aos Deputados, às diversas CPIs instaladas neste País. CPI do Narcotráfico, CPI Carcerária e várias CPIs da Assembléia Legislativa que puderam trazer as denúncias.

Repudio a fala desse Delegado e isso que está sendo montado em Minas Gerais. Esses Delegados vão às Câmaras Municipais para pressionar os Vereadores. Não adianta ficar mandando esses documentos das Câmaras que estão sendo pressionadas. Não quero transferir Delegado, nem Detetives. Os Deputados que têm interesse em transferir Delegados e Detetives é que vão ficar impressionados. Não quero Carteira Nacional de Habilitação sendo entregue em minha casa, na minha mão, pelo Secretário de Segurança Pública. Não adianta; isso não me compra.

Esses Delegados ficam querendo fazer isso e ao mesmo tempo são maus Delegados. Abrem centro de formação de condutores com laranjas, com testas-de-ferro, para dar carteira para pessoas que não têm condições de dirigir. Enquanto Roma pega fogo, fazendo uso das palavras do Juiz da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, o Governador faz um "roadshow" pelo mundo; viajando enquanto as crianças morrem e as pessoas recebem a habilitação, na porta de um centro de formação, de um testa-de-ferro de um Delegado, e não acontece absolutamente nada. O nosso repúdio e a nossa indignação ao que está acontecendo no Estado.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado João Leite, concordo e endosso plenamente o que V. Exa. está dizendo. Mas fica sempre uma pergunta para nós e para aqueles que estão assistindo V. Exa. Onde está o Governo de Minas Gerais, onde está o Governador do Estado? Talvez a resposta seja: fazendo um "roadshow" no Rio de Janeiro, na Paraíba, em Nova Iorque ou em Washington, e esqueceu-se que é Governador do Estado. Porque a culpa não é apenas do Delegado ou do Secretário da Segurança Pública. Há um responsável por tudo isso, e ele se chama Itamar Franco, que se esqueceu de que é Governador de Minas Gerais.

Até hoje o Governador não assumiu o Governo. É um Governador que faz vista grossa a fatos gravíssimos como esse. Só vai aparecer quando houver fato político para criar factóide e aparecer como alguém que está preocupado, mas que não resolve nada. O povo quer saber quem vai assar essa pizza, que está sendo assada nesse Governo incompetente, que não toma as providências cabíveis para o caso.

Ora, o Secretário da Segurança Pública é subordinado direto do Governador e ocupa um cargo de confiança. Se nenhuma providência é tomada, é porque o Governador Itamar Franco está endossando, passando a mão na cabeça e aceitando esse tipo de coisa. Temos que cobrar. Onde está o Governo que diz ser ético, moral, honesto, sincero e eficiente? Estamos percebendo que o Governo se omitiu. Onde não há o cabeça, cada um manda do seu jeito. Estamos percebendo que falta um comando no Estado e que o Governador está mais preocupado em fazer "roadshow" do que em governar Minas Gerais. Temos que cobrar providências do Governador.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Tivemos o cuidado de - o relator e os membros desta CPI - levar ao Ministério Público, ao Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, a Carteira Nacional de Habilitação, que é um documento da União. Levamos à Polícia Federal e ao DENATRAN, só não conseguimos entregar ao Governador do Estado. Não existe horário em sua agenda para nos receber no Palácio da Liberdade.

Esperamos que o DENATRAN intervenha no DETRAN-MG, porque já não é possível suportar essa renúncia tributária. O relatório do Deputado Ivo José foi perfeito. Queria também elogiar a decisão de trazer para o relatório a inspeção feita pelo Tribunal de Contas, que disse que o DETRAN não controla, não sabe quanto arrecada e não há um programa.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Não fiz parte da CPI do DETRAN, mas a acompanhei. Estou extremamente apreensivo em vista do que foi diagnosticado nesse órgão. Essa não é uma questão deste Governo, deste momento, sabe V. Exa. disso.

Esse problema é extremamente grave. Se tivéssemos que fazer acusações ou responder na mesma linha do Deputado Miguel Martini, teríamos que voltar e denunciar também outros momentos. Mas não é essa a questão. O que quero colocar é a minha disposição de estar com V. Exa. - aqui estou ao lado do Líder do Governo -, para avançarmos na moralização das estruturas públicas.

O DETRAN precisa de moralização. Mas o meu entendimento é que a intervenção não depende de o Governador estar lá, acompanhando-o dia a dia. Talvez até possa caber alguma responsabilidade ao Secretário de Estado.

No entanto, quero me colocar nessa situação a seu lado, para que possamos avançar nas ações de moralizar um órgão que é extremamente importante para a garantia da segurança e da saúde do nosso Estado. Manifesto o meu apoio e a minha apreensão por essa questão que V. Exa. está levantando.

Fico constrangido ao ver a forma como o Deputado Miguel Martini se manifestou. Assim, ficaria tudo nos ombros deste Governador. Ele tem responsabilidade, sim, assim como os outros e todos nós desta Casa também temos. Enfim, quero compartilhar com V. Exa. a responsabilidade de resolvermos esses problemas.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Adelmo. Temos, a partir deste momento, uma CPI mostrando os resultados. Não dá para ficarmos acompanhando essa campanha que está sendo feita. Entendo que o Governador não vai acompanhar todos os momentos, mas também não era preciso o Secretário da Segurança Pública ligar para o Ministério da Justiça, dizendo que o Governador Itamar Franco não aceitará uma intervenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso no DETRAN-MG. É inaceitável também o Secretário tentar barrar o trabalho, as decisões de uma CPI e tudo o que precisa ser consertado a partir de uma intervenção como essa.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Também vou ser breve, Deputado João Leite. Quero cumprimentá-lo pela coragem, pela altivez em defesa da honradez e da seriedade na administração pública em nosso Estado. Quero também compartilhar da opinião do Deputado Miguel Martini. Onde está o Governador Itamar Franco?

Se o Secretário de Administração fez, para a Secretaria de Administração, nomeações equivocadas de pessoas que lhe prestam serviços particulares, a responsabilidade maior é do Governador Itamar Franco. Se o Secretário da Justiça foi omissivo em relação aos episódios ocorridos em Sete Lagoas, a responsabilidade maior é do Governador. Se o Secretário da Segurança Pública está omissivo em relação a essa vergonha que acontece no DETRAN, a responsabilidade final e maior é do Governador Itamar Franco. Onde está esse homem? Pare de dar voltas pelo Brasil, falando mal de tudo e de todos, e comece a governar o Estado.

Finalmente, para terminar, volto a fazer outra pergunta: onde está o PT, que sempre defendeu a probidade administrativa? Recusa-se a denunciar o Secretário de Administração, talvez por causa da nossa colega, Deputada Maria Tereza Lara, que respeito muito. Se o Secretário for destituído de seu cargo, perderemos uma colega da Assembléia.

Faço essa pergunta e cumprimento V. Exa. pela sua manifestação.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, está na pauta um projeto de nossa autoria que, na verdade, é oriundo do trabalho do Deputado Marcos Helênio. Por entendermos que é muito importante, desarquivamo-lo nesta legislatura. Esse projeto dispõe sobre visita de autoridades às unidades penais.

Recebemos uma crítica da Deputada Elaine Matozinhos ao projeto.

Estamos voltando de um encontro Brasil-Canadá, justamente de acompanhamento do trabalho da polícia. Lá, a realidade é outra. A comunidade, a população acompanha o trabalho da polícia. Existe um conselho que pode, até mesmo, demitir o Chefe de Polícia. E, na última pesquisa feita no Canadá, 65% da população diz que a pessoa em quem mais confia é o Chefe de Polícia. Onze por cento dizem que confiam no Primeiro-Ministro.

Podemos falar sobre a Comissão de Direitos Humanos, que estive em Sete Lagoas, quando levamos ao Secretário da Justiça nossa preocupação, sabendo que novas rebeliões aconteceriam. Neste ano, tivemos 174 fugas em Monsenhor Messias.

Estou apresentando uma emenda para a construção do Centro de Integração do Adolescente, em Belo Horizonte. Procuramos destinar R\$3.000.000,00 para essa construção, porque temos, hoje, em Monsenhor Messias, jovens de todo o Estado cumprindo suas penas juntamente com os adolescentes de Belo Horizonte. Esperamos o apoio de todos para a aprovação dessa emenda. Agradeço a paciência e a liberalidade do Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Deputado Amílcar Martins, quero dizer-lhe onde estava e onde está o PT. O PT estava aqui, em fevereiro de 1995, quando o então Governador Eduardo Azeredo, com o seu então Secretário da Segurança Pública, Santos Moreira, assistia, passivamente, a bombas estourando, pelo Grupo Reação da Polícia, por ter tido aquele Governo tentado fazer alguma modificação no DETRAN. Os oito Deputados do PT estavam aqui quando, em março de 1995, a casa dos familiares do Sr. Eduardo Azeredo foi invadida, em Sete Lagoas, e teve suas paredes pichadas. E houve um acordo, um colúio, entre o Secretário da Segurança Pública de então com o Grupo Reação, da polícia, de que nada mudasse no DETRAN. Os marginais de 1995 ficaram no poder, cometendo todos os desmandos a que assistimos na CPI da Carteira de Habilitação.

O PT estava aqui quando o ex-Governador permitiu todo descontrole no âmbito do DETRAN de Minas Gerais, todo absurdo, toda corrupção, porque - diga-se de passagem - a denúncia que motivou este parlamentar a pedir uma CPI data de dezembro de 1998, e partiu do Sr. Oracy. E o PT estava, também, nessa CPI, por intermédio deste Deputado e do relator da CPI, Deputado Ivo José. Tínhamos claro que os erros e equívocos não eram deste Governo, e sim uma herança maldita desse senhor, que levou Minas Gerais ao caos, durante quatro anos, e do qual V. Exa. foi Secretário, candidato a Prefeito de Belo Horizonte, e não tinha a mesma preocupação que tem agora. Em momento nenhum V. Exa. se referiu àquele desmando. O PT tem a mesma coerência que teve nos quatro anos, quando o governo, do qual V. Exa. fez parte, permitiu toda corrupção, safezas e imoralidades no DETRAN. Mas o PT, em fevereiro, apresentou requerimento e indicou relator da CPI.

V. Exa. não pode, em hipótese alguma, fazer nenhum tipo de crítica nesse sentido, porque, durante quatro anos, foi omissivo, usufruiu o governo para a sua campanha de Prefeito, usufruiu o governo para sua campanha de Deputado, mesmo a Contagem, onde um candidato a Deputado Federal, até um mês antes das eleições, apoiava um outro candidato, V. Exa. lá chegou, com muita solicitude. E houve uma troca que todo o eleitorado de Contagem percebeu, e, infelizmente, não repercutiu na questão eleitoral. O PT está aí para denunciar e cobrar com a mesma coerência. Não somos os opositoristas de hoje, que vedaram os olhos à realidade de ontem, oportunistas diante de quatro anos de desmando.

E digo mais: em janeiro deste ano, o Governo encontrou uma situação em que 800 pessoas tinham a senha do DETRAN e faziam de tudo, os maiores absurdos. Hoje isso não é permitido, porque a questão das multas do DETRAN está centralizada na Secretaria da Fazenda. No primeiro semestre de 1998, o DETRAN arrecadou R\$450.000,00, e, no primeiro trimestre deste ano, foram arrecadados R\$16.400.000,00. Então, há uma diferença, sim. Se há alguém que fez renúncia fiscal, foi o Governo Eduardo Azeredo, que se negou e não permitiu que houvesse seriedade. Em dezembro do ano passado, denunciemos aqui o filho de um Delegado de Polícia que comandava o DETRAN; somente ele liberou mais de R\$500.000,00 de multas.

Então, o PT está no mesmo lugar. Parece que os que mudaram foram outros, os governistas de ontem e hoje; como V. Exa. quer dar exemplo de moralidade, fala como se não tivesse responsabilidade nenhuma. Acho que não dá para sentar no rabo e querer falar do rabo dos outros.

O Deputado Amílcar Martins - Gostaria de responder ao representante do "partido da boquinha" nesta Casa, Deputado Durval Ângelo, que, em todos os seus pronunciamentos, se esqueceu de responder à questão central que foi levantada, hoje, por duas vezes: como o "partido da boquinha" vai se posicionar quanto à acusação que é feita em relação ao Secretário Sávio Souza Cruz, que é acusado de ter nomeado duas funcionárias na Secretaria de Administração e que as está usando num escritório particular, que não é, nem mesmo, escritório político, mas de uma firma de propriedade do Secretário. Estou cobrando e cobrei, com muita clareza, por que os representantes do "partido da boquinha" - expressão que não é minha, é do Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que usa uma expressão que ficou consagrada no Brasil inteiro e que apenas tomo de empréstimo àquele Governador, que está chamando algumas dessas pessoas de representantes do "partido da boquinha", e, talvez, no caso de Minas Gerais, seja o "partido da bocona ou da bocarra", tamanha é a avidez por cargos públicos - não se pronunciaram a respeito dessa matéria.

Levantei até uma hipótese. Temos, nesta Casa, uma Deputada por quem tenho enorme respeito e, até mesmo, apreço pessoal, que é a primeira-suplente Deputada Maria Tereza Lara. Se, por acaso, o Secretário Sávio Souza Cruz cair, deixar de ser Secretário e voltar para esta Casa, para o nosso convívio, a Deputada Maria Tereza Lara, por quem, volto a repetir, tenho apreço pessoal e respeito, seria o motivo? Ai, estaria justificado o conceito de "partido da boquinha", fisiológico e que adora cargos no Governo, seja em Minas Gerais, seja no Rio de Janeiro, seja onde estiver. Essa é a razão pela qual o PT não se pronunciou sobre essa matéria? Foi isso que perguntaram.

Sobre Contagem, sabemos muito bem quais são as alianças espúrias naquela cidade. Todos sabem da relação complexa entre o Deputado Durval Ângelo e o Vice-Governador Newton Cardoso. Todos sabemos que essa relação é, no mínimo, complexa, de amor e de ódio, a qual nunca foi muito bem resolvida. Não tenho dúvida sobre isso, e a população de Contagem sabe do que estou falando e de que forma isso acontece. Com relação à política de Contagem, estou absolutamente tranquilo. Estou, lá, ao lado de uma das maiores

lideranças políticas da cidade, Ademir Lucas. Exijo, por parte do Deputado Durval Ângelo, que tenha respeito pelo Deputado. V. Exa. sabe que quem paga a minha campanha não é o Vice-Governador Newton Cardoso. Não é a minha campanha que ele financia. Quem se entende com ele não sou eu. V. Exa. sabe muito bem disso.

Portanto, é preciso que isso fique muito claro. Como se posiciona esse partido em relação a essas acusações que estamos fazendo? São simples, diretas e objetivas as questões que levanto e às quais o Deputado não pôde ou não quis responder. Gostaria de dizer a V. Exa. que, da nossa parte, continuaremos, com coerência e tranquilidade, defendendo os interesses da população. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas e pessoas que nos visitam na galeria; gostaria de, em primeiro lugar, repudiar a forma deselegante, grosseira e desrespeitosa com que, sempre, o Deputado Amílcar Martins trata as questões nesta Casa, fugindo do debate político e procurando transformar as divergências políticas em questões pessoais. O Deputado, provavelmente, não conhece bem a Deputada Maria Tereza Lara, que tem toda a integridade para ocupar o cargo e o faz de uma maneira muito digna. O Deputado prefere tratar essa questão, repito, de maneira desrespeitosa e deselegante, fazendo insinuações de que o PT se cala para proteger a Deputada. Não sei se acredita nisso ou se essa é apenas a sua forma de fazer política.

Mas não era também para esperar do Deputado outra atitude. Ele foi candidato a Prefeito em Belo Horizonte, e a sua principal plataforma eleitoral era, no caso de ganhar as eleições, trazer a Lady Di. Esse foi o grande compromisso de campanha: trazer a Lady Di a Belo Horizonte. Mas o povo, pareceu-me, não estava muito interessado nela, e, sim, em problemas políticos e econômicos sérios, preferindo eleger o Prefeito Célio de Castro. Talvez daí venha o ódio dele ao PT.

O PT, já respondi isso, não é partido de boquinha. Se o Governador do Rio disse isso, o fez de maneira errada. O PT participa de coligações com programa claro; tem programa e faz alianças. Mas faz alianças com partidos que são contra, evidentemente, o projeto neoliberal em curso no País, que o Deputado defende: o projeto FHC e o projeto FMI. Por isso, o Deputado prefere defender o partido do FMI ou o partido da Lady Di.

Enfim, sobre o caso do Secretário de Administração, se há denúncias, vamos levá-las a fundo. O PT não teme, de forma alguma, que isso aconteça. Que se provem e se comprovem os fatos. Não nos calamos em relação a essas questões. Queremos ver, concretamente, as provas que existem contra o Secretário. Que sejam apresentadas, que o Secretário seja convidado a vir a esta Assembléia esclarecer os fatos. Convidem-no para vir aqui. A resposta do PT é muito tranquila com relação a isso. Somos a favor de apurar tudo.

Apuramos, recentemente, o desvio de R\$104.000.000,00 do FUNDEF pelo ex-Governador Eduardo Azeredo, que, provavelmente, deverá se transformar em questão judicial. Agora, cabe ao Deputado ter as provas da denúncia e convidar ou convocar o Secretário para vir aqui esclarecer os fatos. Mas, para isso, é preciso haver provas. Quando denunciamos, temos provas. Com relação ao FUNDEF, os próprios membros do PSDB na Comissão resolveram não trazer o relatório para discussão em Plenário, porque eram muito contundentes as provas de que houve desvio de verba da educação para outras finalidades. Esta CPI é o resultado da Casa, porque não houve recursos, e irá ao Ministério Público.

Portanto, com relação às denúncias feitas contra o Secretário Sávio Souza Cruz, o Deputado deve apresentá-las, e, como é da Oposição, convocá-lo ou convidá-lo para vir a esta Assembléia Legislativa esclarecer os fatos, e não tentar aproveitar disso para, de forma deselegante e grosseira, usando questões pessoais, atacar o PT, em especial a Deputada Maria Tereza Lara, que tem cumprido excelente papel e não merece isso. Talvez o Deputado pudesse mudar o seu estilo de fazer política para um estilo de discutir política sem baixar o nível das discussões.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Colega, companheiro, Líder da nossa Bancada, Deputado Rogério Correia, queria dizer algumas coisas, já que fui citada várias vezes.

De fato, estou nesta Casa enquanto suplente. E o suplente sabe que, a qualquer momento, o cargo pode ser devolvido. E ele trabalha com a consciência de que, hoje, se tiver de devolver o cargo, cumpriu-o da melhor maneira possível, respeitando os princípios do nosso partido e a nossa consciência ética e cristã.

Temos apoiado o Governador Itamar Franco. Mas temos questionado, com independência, aquilo que deve ser questionado. Hoje, inclusive, numa entrevista com a CBN, questionamos o problema de Sete Lagoas, com toda a liberdade. Estivemos lá. Quando nos perguntaram se era omissão do Governador, falamos dos planos que tem a Secretaria e que o grave erro foi a falta de agilidade.

Portanto, questionamos publicamente, pois esse é o nosso dever, e é isso que manda a nossa consciência. Sem medo nenhum, fazemos essas denúncias, mesmo que tenhamos que pagar com o nosso cargo, que será entregue imediatamente, caso seja o preço do nosso silêncio. Dessa forma, não queremos, em hipótese alguma, permanecer nesta Casa.

Queremos dizer, também, que o PT, nesses 19 anos, tem dado uma grande contribuição ao País. É lógico que não é perfeito, pois não existe a perfeição, e temos que falar a verdade, mas, apesar das dificuldades e dos problemas, temos 99% de pontos positivos, sendo que, do Norte ao Sul do País, nossos companheiros são capazes de dar sua própria vida pelas causas sociais, como foi o caso da Dorcelina, em Mundo Novo, na divisa com o Paraguai, que deu sua vida ao denunciar o narcotráfico.

Quero dizer, também, que, se o Governador Itamar Franco estivesse pessoalmente em Sete Lagoas, com sua sensibilidade, não teria ocorrido essa morte. Houve um problema grave de assessoria, sendo que as informações necessárias não chegaram até ele.

Com relação à denúncia do Juiz, esta semana, quero dizer publicamente que, muitas vezes, a assessoria de nossos governantes não levam a sério alguns problemas e as informações a seu respeito. Estamos em um mundo em que existe uma insensibilidade muito grande com relação aos problemas graves, sobretudo dos excluídos, como é o caso das questões carcerária e dos menores infratores. Já estamos tão acostumados às denúncias existentes que deixamos de nos preocupar com alguma que apareça, mas não deve ser assim. Se não houver medidas urgentes, teremos muito mais mortes nas cadeias e penitenciárias. Quero, portanto, solicitar, de público, a nosso Governador, que tem sensibilidade para as questões sociais, a priorização das questões carcerária e dos adolescentes infratores.

O nosso cargo está à disposição, pois o nosso compromisso é com o povo mineiro, sobretudo com as mulheres. Se o preço para tal for entregar o cargo, ele já está entregue desde agora, pois não nos calaremos. De acordo com o compromisso do PT, temos priorizado áreas como as de educação e de direitos humanos, mas não temos condições de acompanhar tudo de perto. Dentro de nossa área, temos elogiado a abertura do Secretário Murílio Hingel, mas quando há problemas temos cobrado, publicamente, sua contribuição.

Portanto, quero deixar público, mais uma vez, que os membros do PT têm merecido do povo mineiro e brasileiro todo o respeito, já que têm procurado respeitar os seus princípios, mantendo coerência com o cargo e a função para os quais foram eleitos.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Quero atestar, pelo PSB, a idoneidade, a transparência, o espírito de luta e o compromisso e espírito públicos da Deputada Maria Tereza Lara, que tem sido um exemplo para esta Casa. Seu compromisso público é um exemplo importante para todos os Deputados desta Casa, porque fomos eleitos para desempenhar, com compromisso e espírito públicos, a nossa atividade.

Com relação à questão do Secretário da Educação, Sávio Souza Cruz, veiculada pelos jornais, se há denúncia, será preciso que a explicita e a faça documentalmente, e o Deputado Amílcar Martins tem como fazê-lo. Queremos transparência para a solução do problema. Apesar de ser do nosso partido, se há problemas, queremos que seja feita a denúncia pública e documentalmente, para agirmos com transparência.

Essa questão da metralhadora giratória, do ponto de vista da Oposição, já conhecemos bem.

Essa posição de metralhadora giratória não constrói. É preciso que as oposições sejam construtivas e não metralhadoras giratórias, que atiram para todos os lados. Isso não interessa à sociedade, que precisa de fiscais, de opositores que apontem as feridas, os problemas, os desvios, as corrupções e apontem também as soluções. É por aí que se constrói, isto é, a partir da importância da Oposição.

Quero dizer, em nome do PSB, que, no que for necessário para buscar a transparência desses atos, estamos prontos, porque somente com a transparência e com a verdade é que se constrói a democracia, e somente com a democracia é que se constrói um povo livre, que possa definir o seu futuro de acordo com sua vontade. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Rogério Correia, gostaria somente de recuperar a origem da discussão. Fazendo uso da palavra, o ex-Secretário do Governo Azeredo, o Deputado Amílcar Martins, fez duas acusações da tribuna. Uma, que foi dirigida ao Secretário da Administração. Agora, está dizendo que não fez tal denúncia. Então - a exemplo de um correligionário, o Presidente da República, que mandou esquecer tudo o que havia escrito -, o Deputado está mandando esquecer o que disse, há pouco, no microfone.

Na outra denúncia - e está dizendo a mesma coisa -, perguntou onde estava o PT. Respondi. Disse-lhe mais, perguntando onde ele estava, como Secretário daquele Governo, quando o DETRAN nos legou essa herança maldita. Portanto, perguntei-lhe onde estava o seu partido. Infelizmente, não respondeu a isso, pois preferiu, como lhe é peculiar, fazer acusações, sem responder nada concretamente. Eu respondi, citei fatos, mas ele não me respondeu. Gostaria de dizer que é o Deputado que mais fala do Vice-Governador. Deve ser uma fixação enorme, ou talvez tenha práticas semelhantes. Ambos trataram os servidores públicos do mesmo jeito, trataram os recursos públicos do mesmo jeito. Então, a fixação dele deve ser por isso. Essa postura já é peculiar ao Deputado, ou seja, vem ao microfone, com os olhos arregalados, sempre tentando mostrar essa posição. Mas pode ficar tranquilo, pois o PT é contra a hospitalização de doentes nessa fase.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Sr. Presidente, no tempo que me resta, gostaria - e ocupei a tribuna com esse objetivo - de dizer que temos dois projetos importantes para o funcionalismo público estadual, ou seja, dois projetos ligados ao IPSEMG. (- Palmas.) Um deles propõe a democratização do Conselho do IPSEMG, e o outro estabelece o direito da contribuição ir direto para o IPSEMG, e não para a conta única do Estado. Como são dois projetos importantes, solicito um esforço dos Deputados, a fim de que possamos aprová-los no 1º turno, pois há muito tramitam nesta Casa. Portanto, gostaria de contar com o apoio de todos para que esses projetos possam ser votados ainda hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer, quanto aos Projetos de Lei nºs 221, do Governador do Estado, que trata das questões sociais do IPSEMG, e 295, que trata da questão do conselho deliberativo do Instituto, que assumimos um compromisso, em nome da Mesa, na última terça-feira, de que, estando em condições de votação, eles seriam colocados na pauta.

Os dois projetos, que tratam da questão do Judiciário e da questão do Ministério Público, foram encaminhados às comissões e ainda não receberam pareceres para que possam ser incluídos em pauta. Na semana passada, na quinta-feira, lançamos um desafio ao Deputado do PSDB que fazia uma intervenção na tribuna: se realmente a manifestação fosse favorável aos servidores públicos, iríamos hoje apresentar a inversão de pauta, como faremos em todas as reuniões, com todos os projetos dos servidores públicos.

Queremos sentir, de alguma forma, a manifestação do Plenário, se é favorável a essa questão. Entendemos também que, como são projetos, de alguma forma, consensuais, eles devem ser votados pelo contraste, pela manifestação de liderança, sem que ninguém peça verificação de votação, o que, de alguma forma, forçaria sua não-aprovação pela questão da falta de "quorum".

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria, em nome do PSDB, de encaminhar favoravelmente a votação e dizer que estamos presentes para votar favoravelmente à nova versão e apreciar esses projetos.

Lamentamos que, nesta manhã, a Comissão de Fiscalização Financeira tenha derrotado a emenda do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que retornava as contribuições já cobradas dos servidores, retroativamente. Infelizmente, essa emenda foi rejeitada pela Comissão de Fiscalização Financeira.

Portanto, apesar do esforço, e como disse aqui o Deputado Durval Ângelo, do compromisso da Mesa de colocar a matéria para votação, infelizmente não temos número suficiente. Apesar do esforço da Mesa em colocar os Deputados para votação dos dois projetos, e da inversão da pauta de agora e da extraordinária que teremos logo mais, na verdade, não estamos vendo a presença dos Deputados e o resultado desse esforço já feito.

Pela manhã, houve "quorum" na Comissão de Fiscalização Financeira para rejeitar uma emenda que atendia os servidores. Agora não há número suficiente, apesar do esforço feito para tentar votar o projeto em Plenário. Mas, de qualquer maneira, o PSDB está presente, e votaremos favoravelmente, como o fizemos nesta manhã, juntamente com os Deputados Mauro Lobo e Miguel Martini. Agora aqui estamos para votação do requerimento dos Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, em favor do esforço da Mesa pela presença dos Deputados neste Plenário.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, entendo o exagero do possível zelo da Oposição nesta Casa em relação a essa questão dos inativos.

Como muito bem lembrou o Deputado Durval Ângelo, infelizmente o Governador anterior insistiu nisso. Hoje, o Deputado Miguel Martini, na nossa Comissão, revelou que foi um dos Deputados que tentou, na oportunidade, demover o ex-Governador disso. A verdade é que foi cobrado, foi gasto e, pelo que pudemos perceber quando fizemos uma avaliação de tudo o que ocorreu no Governo passado, foi mal gasto, portanto a proposta mais sensata foi a que ouvi, hoje, do Deputado Rogério Correia: se tem que pagar, tem que fazer uma "vaquinha" entre o ex-Governador e aqueles que admitiram a cobrança. Pelo menos, o atual Governador, um dos poucos ou, talvez, o único neste País, não sei se seria o único, mas um ou dois Governadores, tem a decência de encaminhar um projeto a esta Casa, solicitando que não se faça a cobrança de um assunto não muito bem resolvido, embora já tenhamos decisões do Supremo. O Governo Federal vai insistir nessa questão, então acho que temos que avaliar também a decência do comportamento.

Quanto à possibilidade de aprovarmos, é importante o que o Deputado Durval Ângelo disse. Eu estava na Comissão de Turismo ainda há pouco, por isso não estava em Plenário. Diversos Deputados ainda estão em reunião de comissão, portanto acho absolutamente possível cumprir o acordo que tínhamos feito para avançar na pauta. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apenas fazer alguns registros, dizendo que essa proposta foi fruto de uma CPI que tive a honra e o prazer de presidir, a CPI do IPSEMG. Chegamos a várias conclusões, e alguns projetos de lei foram protocolados, para tramitação nesta Casa. Um deles era esse. Percebeu-se que todo o dinheiro que deixou de ir para o IPSEMG, nos últimos dez anos, e agora já são doze, aproximadamente, por causa desse vício, em vez de ir para os cofres do IPSEMG, ia para o regime de caixa único, e lá pagava-se quando sobrava dinheiro ou quando queria a vontade do Secretário.

Foi uma reivindicação atendida e, mais do que atendida, aprovada nesta Casa. E o Governador Itamar Franco teve o cuidado de vetá-la. Eu reclamava, na época e em várias oportunidades, que, durante a apreciação do veto, estivéssemos nas galerias, como estamos hoje. Certamente, se o Governador encaminhou para cá esse projeto, é porque cometeu um equívoco. Alguém o orientou mal, para vetar. De qualquer maneira, são dez meses de atraso, e, agora, finalmente, aprovaremos a retirada do IPSEMG do caixa único.

É preciso fazer esse registro para que fique constatado que não há problema, obstrução, como não houve no ano passado, só que estamos votando o mesmo projeto duas vezes. Esperamos que, desta vez, pelo menos, seja por vontade própria, seja por equívoco, o Governador preste atenção e não vete novamente esse projeto. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Penso que é necessário um esclarecimento, em nome da verdade. O que vimos, nos últimos três Governos Estaduais, foi a uma verdadeira pilhagem, uma apropriação indébita de recursos do IPSEMG. No Governo passado, o montante chegou a R\$1.500.000,00. E temos de esclarecer que quem começou o processo de mudança no IPSEMG foi o atual Governador Itamar Franco. Primeiro, entendendo que o Instituto é dos servidores e deve ser gerido pelos próprios servidores. A compreensão era a de não permitir o desmando e os absurdos que ocorreram nos últimos quatro anos. E o projeto que tramitou nesta Casa, o veto do Governador, foi explicado à Comissão de Servidores. Tratava-se de vício de iniciativa, porque tinha origem na Casa Legislativa. Não era rejeição a nada do projeto. A grande dúvida é se o projeto deveria ser encaminhado pelo Governador do Estado, porque o ex-Governador não encaminhou nem corrigiu esse vício de iniciativa. O atraso de dez meses não se deve ao Governador Itamar Franco, que encaminhou o projeto em tempo hábil a esta Casa. É bom esclarecer essa situação. Muitos servidores já conhecem essa realidade, mas talvez alguns, que nos vêem agora, não. Então, precisamos colocar os pingos nos is e deixar claro que o vício é de iniciativa. É evidente que o ex-Governador não quis encaminhar o projeto a esta Casa porque o IPSEMG era caixa auxiliar para seus desmandos. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Sr. Presidente. Neste momento, gostaria de lembrar aos Deputados que o vício de origem é corrigido no momento da sanção. Evidentemente que gostaríamos que os demais Deputados deixassem os discursos prolongados para outros momentos e que aliviássemos de uma vez por todas a aflição desses funcionários, muitos dos quais não têm dinheiro para pagar o aluguel ou a prestação da casa que compraram. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, demais parlamentares e público presente, também entendemos a importância desse projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Sabemos da luta enfrentada pelo funcionalismo público na legislatura passada que detectou o rombo no IPSEMG. Sabemos que essa autonomia para poder arrecadar, controlar, fiscalizar e aplicar diretamente os seus recursos nada mais é do que fazer justiça. Ou seja, entregar a direção e o controle àqueles que fazem uso do Instituto.

Gostaríamos também de colocar que, como autor do requerimento para a instalação da CPI do IPSM, também tivemos essa preocupação. Está aí o Substitutivo nº 2, em que colocamos o IPSM nessa mesma situação, ou seja, dando-lhe a mesma autonomia, para que não seja prejudicado. Nele existem 183 mil segurados que sofreram um rombo da ordem de R\$700.000.000,00 durante a gestão do Governo anterior. Solicitamos aos Deputados que votem pela aprovação do Substitutivo nº 2, uma vez que dá a mesma autonomia tanto ao IPSM como ao IPSEMG.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, é apenas para corrigir algumas questões importantes. Primeiro, o vício de iniciativa; como sabemos, a sanção do Governador corrige automaticamente essa questão. Segundo, parece que as pessoas e os Deputados não se lembram do projeto enviado pelo Governador à Assembléia, especialmente do art. 3º, que diz o seguinte: "Art. 3º - Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado, as autarquias, fundações e demais entidades públicas estaduais recolherão diretamente ao IPSEMG, até 15 dias após o pagamento total da folha, o total das contribuições cobradas dos seus servidores civis e o valor devido como contribuição do órgão ou entidade empregadora, esta última condicionada à disponibilidade financeira do Tesouro Estadual".

Então, foi feito um trabalho pelos Deputados que apresentaram substitutivos para corrigi-lo. Portanto, não é da maneira que foi mostrada aqui.

Temos que lembrar Governos passados. A lei delegada de 1989 é uma sangria ao servidor público. Dá para enumerar o que foi retirado do servidor público do Estado. E é bom lembrar ainda que o Governador, à época, era o Sr. Newton Cardoso.

Agora, os substitutivos que estaremos votando vieram corrigir o texto enviado pelo Governador do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, a título de esclarecimento, o Governador enviou o projeto. De fato, nele constava que deveria haver disponibilidade. Apresentei emenda, em nome da Bancada do PT, retirando essa possibilidade de não haver o depósito.

Desde o início, o Governador Itamar Franco tem remetido dinheiro ao IPSEMG, ao contrário do ex-Governador Eduardo Azeredo - parece que o Deputado João Leite se esqueceu de dizer isso -, que não depositou nunca, causando-lhe um rombo enorme no caixa.

O Deputado se esqueceu disso, para, agora, estar vigilante. Não ficou vigilante no passado, mas está vigilante agora, que o dinheiro está vindo. Antes, a vigilância do Deputado não foi feita. Foi conivente, o tempo inteiro, com o rombo do IPSEMG.

Para que isso não aconteça novamente, apresentei emenda que foi acatada pelo Governo. Está no Substitutivo nº 2, que votaremos e - espero - aprovaremos por unanimidade, incluindo aqueles que, no passado, preferiram não estar atentos ao rombo que estava sendo feito nos cofres do IPSEMG.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Compreendo a ansiedade dos servidores públicos. Acho até que não havia necessidade de esclarecer mais. No entanto, por uma questão de justiça, é preciso que se lembre que eu, V. Exa., Sr. Presidente, os Deputados Miguel Martini e Gilmar Machado e, a seu requerimento, o Deputado Carlos Pimenta e alguns outros colegas participamos da CPI.

Quero lembrar que não ficamos silentes quando fazíamos parte da base de apoio do Governo. Pelo contrário, estivemos atuando, tanto que, hoje, está se materializando aquilo que recomendamos, a que nos propusemos e que o Governo atual, por uma questão de vaidade, não sancionou, porque o projeto era da Assembléia Legislativa.

Vale lembrar também que o projeto original do Governo, encaminhado a esta Casa, resguardava que a parcela do empregador seria repassada quando houvesse disponibilidade de caixa. Isso seria facultativo. Então, não se trata de ficar debitando ao passado essa ou aquela culpa. O que importa é acreditar no presente. Eu, mais otimista, prefiro acreditar num futuro não tão próximo, porém mais promissor, para o IPSEMG.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que não se trata de uma iniciativa tão louvável assim, uma vez que eu, V. Exa., Deputados Carlos Pimenta, Miguel Martini, que era nosso Presidente, a requerimento do ilustre Deputado Gilmar Machado, do PT, compusemos uma CPI, e o Plenário da Casa aprovou seus resultados. Mas o Governador do Estado entendeu que não deveria sancioná-los. É isso que lamentamos. Caso contrário, já estaria vigente, há cerca de dez meses, esse projeto de lei que ora estamos votando.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estou entendendo que, se a Emenda nº 3 for rejeitada, perdemos o projeto. Esta é a questão. Por isso fiz questão de que fosse lido, senão voltaremos ao que está condicionado no projeto do Governador. Gostaria de um esclarecimento a respeito disso.

A Emenda nº 3 é que vamos aprovar e, por isso, gostaria de encaminhar e pedir aos Deputados desta Casa que votem. Temos que aprovar a Emenda nº 3, sob o risco de valer aquilo que o Governador colocou no projeto.

Em segundo lugar, quero dizer que houve um grande equívoco; gostaria de ter encaminhado as Emendas nºs 3 e 5, mas não pude. Perder a Emenda nº 5 foi um grande prejuízo para o servidor do interior do Estado, porque ficou prejudicado o seu atendimento médico e hospitalar. Esse servidor só será bem atendido quando se deslocar de Almenara para Belo Horizonte, e esse fundo permitiria que fosse atendido, com qualidade de serviço, também no interior. Foi pena que a Emenda nº 5 tenha sido derrotada. Gostaria que tivéssemos atenção com a Emenda nº 3, pois temos que aprová-la, sob pena de perdermos, mais uma vez, esse projeto de lei.

O Deputado César de Mesquita - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos ao Plenário da Assembléia Legislativa uma emenda, a fim de reformarmos o § 2º do art. 288 da Constituição Estadual, que impede a opção de especialistas de educação, orientadores e supervisores pelo regime de 40 horas semanais. Nessa lei, isso é privativo de iniciantes de carreira, que ainda têm 90 dias para a opção pelas 40 horas semanais. Apresentamos essa emenda porque pensamos que haja uma discriminação muito grande com relação aos servidores que já estão, há bastante tempo, exercendo o serviço profissional em nossas escolas e que, por circunstâncias de momento, optaram pelas 24 horas semanais. Portanto, alerta os nossos pares desta Casa para a nossa emenda. Achamos conveniente a supressão desse dispositivo constitucional, para restituir a esses profissionais que trabalham muito tempo, com inteligência, com probidade e dedicação a oportunidade de ter uma opção pelas 40 horas semanais. Os servidores terão essa oportunidade, sem que se comprometam os interesses maiores da nossa população escolar. É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero também encaminhar favoravelmente a essa proposta de emenda, porque a opção de 40 horas semanais favorece a qualidade de ensino. Muitos trabalham na rede estadual e na municipal. É importante que possam optar por uma rede e tenham condições de trabalhar por melhor qualidade de ensino.

Como especialista, sou supervisora da rede estadual, creio que, de fato, a opção é um direito que assiste às especialistas e à própria escola. Então, sou favorável a essa proposta de emenda à Constituição.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 74/99 - Objeto: aquisição de fitas para áudio cassete 60 minutos e para vídeo comum T120. Licitante vencedora: Supritape Comércio e Informática Ltda. Desclassificada: DPN - Distribuidor de Produtos Nacionais Ltda., para o subitem 1.2, por descumprimento do subitem 3.3 do edital.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC - Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção de aeronave. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 180 dias a partir da assinatura ou até o fim do processo licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa (art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993).

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas:

Convênio Nº 825/1998 - Valor: R\$7.800,00

Entidade: Prefeitura Municipal Tarumirim - Tarumirim

Objeto: Instalação de estação repetidora da TV ASSEMBLÉIA, de forma a possibilitar à comunidade local o acompanhamento da atuação de seus representantes no Legislativo Estadual.

Convênio Nº 827/1998 - Valor: R\$43.750,00

Entidade: Setascad - Fundo Para A Infancia E Adolescencia - Belo Horizonte

Objeto: Aquisição de um kit de informática, cadeiras giratórias, mesas para micros e impressoras, para implantação e utilização de sistema de informação para a infância e adolescência, nos respectivos Conselhos Tutelares.

ERRATA

ATA DA 53ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 17/11/99

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 20/11/99, na pág. 40, col. 4, sob o subtítulo "Comparecimento", exclua-se o nome do Deputado César de Mesquita.